



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: JULIANA CARDOSO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27/05/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Boa tarde. Hoje, vamos fazer esta audiência pública sobre a prestação de contas da Secretaria de Saúde.

Eu queria abrir os trabalhos, na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 4ª audiência pública virtual do ano de 2021, convocada para hoje, dia 27 de maio de 2021.

Esta audiência pública foi convocada em cumprimento ao disposto no artigo 36, da Lei Federal Complementar nº. 141/2012, e tem como pauta as prestações de contas do executivo orçamentário da Secretaria Municipal de Saúde, referentes ao primeiro quadrimestre de 2021.

Informo que esta reunião está sendo transmitida no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br. Online, *link* auditório virtual.

Quero esclarecer, também, que o Presidente Felipe Becari teve um problema de saúde hoje. Não é covid, mas ele não está disposto para poder fazer a nossa audiência pública. Então, como Vice-Presidente da Comissão, vou cumprir esse papel junto com os Vereadores.

Pelo que vi, o Vereador Alfredinho já se encontra na sala da audiência. Não estou vendo mais nenhum outro Vereador da Comissão. Se estiver, por favor, abra o microfone para falar que está presente. Se não, no decorrer da audiência, eles vão chegando, e eu vou anunciando.

Foram convidados para esta audiência pública a Secretaria Municipal de Saúde, o Ministério Público do Estado de São Paulo e o Conselho Municipal de Saúde.

A palavra será dada posteriormente ao Sr. Armando Luis Palmieri, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde.

Dr. Armando, eu queria saber se, em meia hora, conseguiria fazer a explanação ou precisaria de um pouco mais de tempo?

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Olha, Vereadora, eu vou tentar resumir. As apresentações já foram disponibilizadas para a Comissão, para ser o mais rápido possível.

Evidentemente, uma Secretaria grande, com muitas informações, mas vamos tentar ser sintéticos para fazer dentro do prazo que a senhora está estabelecendo.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Meia hora mais uns dez minutinhos a mais se o senhor precisar para concluir, está bom?

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Nós vamos convidar para fazer a prestação de contas. Em seguida, vou passar para o Conselho Municipal de Saúde, para o Sr. Leandro.

Leandro, quanto tempo precisa para a sua apresentação?

O SR. LEANDRO VALQUER LEITE DE OLIVEIRA – É muito rápida. Cerca de cinco ou, no máximo dez minutos, se for o caso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vou da dez minutos mais cinco, caso precise.

O Ministério Público está presente? (Pausa) Tem representante do Ministério Público? (Pausa)

Então, em seguida, eu vou passar para os Vereadores.

Vereador Alfredinho, quer fazer uma saudação ou quer falar depois da apresentação?

O SR. ALFREDINHO – Depois, Vereadora Juliana.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Algum outro Vereador?

O SR. RINALDI DIGILIO – Sra. Presidente, eu queria registrar a minha presença.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vereador Rinaldi Digilio, quer fazer a sua fala agora ou depois da apresentação da Secretaria e do Conselho?

O SR. RINALDI DIGILIO – Depois, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Assim, vamos seguir. Em seguida, os Vereadores e demais autoridades da mesa farão uso da palavra.

As pessoas que farão uso da palavra fizeram suas inscrições online ou no site da

Câmara Municipal. Cada orador terá, em média, três minutos para se manifestar. Quero ressaltar a importância de apenas haver manifestação quando for cedida a palavra ao manifestante. Todos os membros e participantes não deixem, por favor, seus microfones ligados quando não estiverem fazendo uso da palavra. Também podem ser feitas inscrições pelo chat para quem ainda não se inscreveu.

Por favor, se conseguir, Inácio, coloque os nomes das inscrições na tela, para as pessoas verem se já estão ali.

Quero passar a palavra para o Sr. Chefe de Gabinete Armando Luis Palmieri. Muito obrigada, seja muito bem-vindo à Comissão de Saúde nesta audiência pública.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Boa tarde a todos.

A Secretaria preparou uma documentação baseada nos dados do primeiro quadrimestre de 2021, a execução orçamentária, e falaremos um pouco também sobre os dados assistenciais da Secretaria das ocorrências no primeiro quadrimestre do ano.

Vamos começar então.

São os dados relativos à execução orçamentária financeira da Secretaria do primeiro quadrimestre de 2021, em cumprimento à Lei Complementar 141/2012 e Resolução 459/2012.

Vou passando os *slides* e comentando um pouco sobre cada um deles.

Começaremos com a parte da receita.

Nesse primeiro quadrimestre, a Prefeitura...

- Problemas técnicos na tela na apresentação dos *slides*.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Vamos continuar.

Então, falaremos, inicialmente, dos recursos. Nesse primeiro quadrimestre, o Município de São Paulo arrecadou na ordem de 46,4 bilhões de reais. Desses recursos, as receitas destinadas 46,4 bilhões é a previsão orçamentária anual do Município de São Paulo.

E, nesse primeiro quadrimestre, a arrecadação foi de 19,9 bilhões de reais. Ou seja, a execução orçamentária do Município foi de 42,98% da estimativa orçamentária anual do Município.

Desse valor arrecadado, destaca-se da ordem de 2,5 bilhões a maior do que o mesmo período do ano passado de 2020, do qual 1,8 bilhões é de fonte de recurso municipal, o que a gente chama de fonte zero.

Então, essa é a nossa base dos recursos que foram utilizados para as despesas de saúde nesse primeiro quadrimestre.

As despesas totais do Município previstas para este ano, hoje, a dotação atualizada é de 12,7 bilhões de reais, dos quais o Município empenhou 56,92%, que correspondem a 7,2 bilhões de reais e fez a liquidação, ou seja, o pagamento da ordem de 4,5 bilhões de reais, o que corresponde a 35% do total de recursos destinado ao ano. Essa é a despesa total de saúde. Evidentemente, para cálculo, a gente faz as exclusões das despesas não computadas.

Nós chegamos, então, à aplicação de saúde da ordem de 5,5 bilhões de reais em aplicação de saúde. Corresponde a uma aplicação dos recursos arrecadados de 27,74% e liquidados 3,8 bilhões de reais, da ordem de 19,08%. Para essa mesma despesa, os 27,74 no ano passado estavam na ordem de 23,29%, e a liquidação de 19% desse ano, o ano passado, comparado ao mesmo período do ano passado, em 16,08%. Ou seja, a aplicação mínima, como vocês sabem, é da ordem de 15%, mas o Município aplicou em saúde efetivamente a maior dos 15%, em 814 milhões de reais nesse primeiro quadrimestre.

O SR. LEANDRO VALQUER LEITE DE OLIVEIRA – Só uma questãozinha, desculpa. A tela inicial não está aparecendo, já está direto no bloco estadual e outras receitas. É isso mesmo? Transferências voluntárias?

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Não, então, está congelada.

O SR. LEANDRO VALQUER LEITE DE OLIVEIRA – Está parada a tela.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Eu vou tentar reiniciar.

O SR. LEANDRO VALQUER LEITE DE OLIVEIRA – É, não apareceu a primeira

tela. Desculpe, Presidente.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Não, foi boa a observação, porque a nossa aqui continua normal.

O SR. LEANDRO VALQUER LEITE DE OLIVEIRA – Falta a tela da despesa, a primeira tela, receitas totais do Município, senão as pessoas que talvez não conheçam não vão entender a apresentação. Agora, sim.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Eu não aumentar a tela, porque toda vez que fazemos isso, acaba prejudicando a apresentação.

O SR. LEANDRO VALQUER LEITE DE OLIVEIRA – Dá para ver.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Consegue ver, Leandro?

O SR. LEANDRO VALQUER LEITE DE OLIVEIRA – Dá para ver.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Essa é a primeira tela que eu falei, que representa a arrecadação total do Município, de 19 milhões. A aplicação, despesa de saúde, o orçamento de 12 bilhões, nós empenhamos sete, liquidamos quatro, o que representa a despesa total em despesa de saúde 5,5 bilhões, aqui embaixo, em despesa efetiva de saúde; e 3,8 bilhões liquidadas, o que representa 27,74% das receitas empenhadas e 19,08, aplicação em saúde, liquidada nesse período.

Então, essa foi a primeira iniciativa, os *slides* nossos que talvez possam ter congelado para alguns.

A nível de aplicação, que é o cálculo feito pela Lei Complementar 141, então a aplicação foi de 27,74% em relação à despesa empenhada e 19,08 em relação às despesas liquidadas. Então, aqui é onde eu parei e vou continuar agora.

Essa mesma liquidação apresentada, em termos... Alguém com o microfone ligado?

- Microfone ligado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – As pessoas precisam deixar o microfone fechado. A Monica já desligou.

O SR. GUSTAVO – Eu posso fechar o microfone dela, Vereadora? É o Gustavo, da

Secretaria. Só que a gente leva alguns segundos até localizar a pessoa.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Está certo, Gustavo. Pode prosseguir.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Então, pelos órgãos da Secretaria, que é o Fundo Municipal e o HSPM, autarquia hospitalar municipal. A autarquia hospitalar municipal já não existe na execução orçamentária desse ano, ela foi extinta o ano passado. Então, nós ficamos apenas com dois órgãos: o Fundo Municipal e a autarquia, que é o HSPM.

Então, do orçamento atualizado, destaca-se os 12,7 bilhões, separados entre os dois órgãos; os empenhados, 7,2; e o liquidado, em 4,5 bilhões de reais a liquidação nesse primeiro quadrimestre. O valor pago é praticamente o valor liquidado, quer dizer, que a gente empenhou em relação ao valor atualizado, 56,92%. Temos ainda um congelamento bem pequeno de 83 milhões. Praticamente toda a execução orçamentária está disponível para a Secretaria nesse momento fazer a sua execução.

Esse mesmo quadro apresentado agora por fonte. Destaca-se os dois orçamentos principais: a Secretaria, 9,9 bilhões de fonte de recursos de Tesouro Municipal e 2,5, quase 2,6 bilhões dos recursos de transferência federal. São os dois maiores recursos, dos quais a Secretaria executou 78,7% desse orçamento a nível de Tesouro, e 19,06% em relação à transferência federal.

Aqui é a composição de como está o orçamento atualizado no Município para 2021, os 12,7 decomposto em, no valor total, ou seja, 20% desse orçamento é de transferência federal; 0,31% de receita estadual; e outras receitas, 1,8, quase praticamente representada pela fonte dos recursos e dos investimentos do BID; 77,49% do Tesouro Municipal, representando a grande fatia do orçamento do Município para a Secretaria de Saúde.

No *slide* seguinte, um pouco da representatividade dessa composição ao longo dos anos, só para a gente ter um histórico. Nós vamos mantendo essa informação interessante, hoje estamos nesse índice, 77,49% para Tesouro; 20,32% para a União; e 0,31% para o Estado; 1,8% é a representação para esse ano das outras fontes de recursos, isso em cima da atualização orçamentária hoje existente.

Aqui destaca-se que dentro do Estado, a gente recebeu no final de abril, não está computado, porque ainda não entrou como despesa do Município um recurso extraordinário da receita estadual da ordem de 210 milhões de reais, encaminhado, que chegou no final de abril para o Fundo Municipal de Saúde. Mas, ele vai fazer essa mudança grande da porcentagem do Estado, mas ainda não está computado, porque as receitas foram usadas a partir de maio.

Da mesma forma, o orçamento e a sua execução por unidade orçamentária. Os mesmos 12,7 decompostos em valores para o Fundo Municipal e as outras unidades orçamentárias que compõem a Secretaria: o HSPM, o Hospital a Cachoeirinha e as coordenadorias da vigilância, a Covisa e as seis coordenadorias regionais de saúde, que também fazem as suas execuções orçamentárias durante todo o ano.

Toda execução está bem coerente a nível de percentual em relação ao empenhado em relação ao atualizado, representando os 56,96%. Então, nós temos hoje comprometidos do orçamento 56,92%, que são as despesas empenhadas e o liquidado, 35,62% do orçamento. Então, acompanhamento para um primeiro quadrimestre, os valores bem razoáveis e normais para uma execução orçamentária anual.

Esse mesmo orçamento, agora decomposto por subfunções, ou seja, onde foram aplicados os recursos, onde estão empenhados, onde estão os orçamentos e onde estão liquidados cada um deles.

Aí decomposto em Atenção Básica, assistência hospitalar, suporte profilático e terapêutico, vigilância sanitária, administração, que é outro item importante, e tecnologia, que tem representado um valor mais significativo de recursos por conta do salto que a Secretaria tem dado na informatização das unidades nesse processo de informatização que tem acontecido de modo geral em todas as cidades.

Nós vemos nos destaques, a Atenção Básica empenhou 48,75%; a Hospitalar 74,69%; o Suporte Profilático, medicamentos, insumos, toda parte de mat/med, 49,99%; Vigilância Sanitária 46%; Administração, 33%; e Tecnologia e Informação 66,62%. Então, essa é a composição por subfunção da Secretaria.

Das Transferências que a Secretária tem recebido, temos no bloco federal uma previsão orçamentária da ordem de 2,5 bilhões de reais, da qual foi executada 945 milhões, uma participação de 77%, de toda receita transferida, é do bloco federal e nós empenhamos 33,2%. Então, aí está decomposta toda parte dos recursos federais.

Da mesma forma, a parte estadual, aí sim houve sobressalto porque a receita prevista era de 38 milhões, houve um recebimento por conta de o Fundo Municipal receber do Estado para assistência hospitalar, dando então um aumento, uma execução na ordem do recebimento que ainda não refletiu na despesa porque nós recebemos final de abril, da ordem de 600% acima do estimado do bloco estadual.

E as outras Receitas Previstas, 16 milhões de reais, executados 6,9 milhões, ou seja, a arrecadação está na ordem de 43,2%, isso a nível de recebimento de receitas e transferências de outros órgãos.

No detalhamento das Despesas, aí sim falamos de despesas, de como está a execução das principais despesas da Secretaria, aí decomposto em Secretaria, o Fundo Municipal e o HSPM. Com Pessoal, as despesas realizadas até o momento correspondem a 14,76%, os contratos de gestão e os convênios com as entidades, 49,73%. Os prestadores SUS são as transferências dos recursos SUS, do Ministério diretamente aos prestadores, 4,45; materiais médico-hospitalares 3,04; medicamentos, 2,83, investimentos, 2,79%, apesar de toda pandemia; e outras despesas, 22. E um destaque especial para as ações judiciais, que representou nesse primeiro quadrimestre uma despesa da ordem de 11,4 milhões de reais, que corresponde a 0,16% das despesas efetivadas pela Secretaria, nesse primeiro quadrimestre.

As principais despesas compostas por entidades e organizações, que compõem os diversos serviços públicos que a Prefeitura mantém, está aqui no quadro as principais entidades e os valores correspondentes, passado esse primeiro quadrimestre, e os valores empenhados e os valores liquidados, o que soma um total, para o primeiro quadrimestre, da ordem de 3,1 bilhões de reais, ou seja, do empenhado foi liquidado 85% das despesas empenhadas nesse primeiro quadrimestre.

Da mesma forma, os prestadores SUS. Aqui está a relação das principais entidades que prestam serviço ao Município através de recursos diretamente do SUS. A relação é por entidade, são muitas entidades dando um total chega a 288 milhões de reais, ou seja, uma liquidação da ordem de 89% dos valores empenhados no mesmo período. Então, esses são os prestadores SUS aí decomposto em cada uma das empresas prestadoras de serviços.

Bom, esses são os dados mais econômicos, a gente passa então a falar um pouco sobre as ações e serviços públicos. Aqui a relação é imensa, vou tentar ser o mais rápido possível para chegarmos evidentemente às perguntas e os questionamentos de toda população participante.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Só para você controlar o tempo, já passou 15 minutos.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI - Está bom. As unidades hoje cadastradas no Município, são 840 estabelecimentos. Aqui há uma evolução no número de consultas efetivadas no período, em cada um desses anos. Há uma evolução no período histórico, apesar da pandemia, são 11,8 milhões de consultas realizadas nas diversas redes de atenção do Município. Alguns dados importantes, da Atenção Básica, destaca-se o Consultório da Rua, o pessoal de atendimento aos desabrigados da Cidade. As pessoas hoje em situação de rua, a estimativa é de 24 mil, e dessa população temos 16 mil cadastros. Dessas pessoas, tivemos 15 mil vacinadas, vacinas aplicadas nessa população, e foi feita nesse período a busca ativa, e foram feitos 395 mil questionamentos, abordagens feitas com esse pessoal pela nossa equipe de Consultório da Rua. Hoje são 26 equipes e mais 6 unidades odontológicas espalhadas na Cidade para dar atendimento a essa população. O número é bastante expressivo, 148 mil atendimentos de consulta médica ou multiprofissional a essa população, no período de um ano, de abril de 2020 a abril de 2021.

Outro destaque importante, que na pandemia foi preocupação do Município, é a saúde indígena, 1.905 indígenas cadastrados no Município, num total de 1.494 vacinados. Foram 6.567 visitas domiciliares, 4.131 consultas realizadas nesse período. Tivemos em 2021,

10 casos positivos e, felizmente, e nenhum óbito dessa população.

Serviço bucal, o número é gigantesco de atendimentos bucal, e com a possibilidade de as UBSs fazerem o atendimento com a expansão da rede bucal da Cidade. Essa é uma vontade que temos desde 2019, ampliou-se no ano passado e ainda há muitos planos para este ano. Hoje temos 1.244 profissionais capacitados para atendimento de prótese dentária. Esse é um importante atendimento à população e está espalhada em todas as unidades. Os números são significativos quanto ao atendimento da saúde bucal.

Saúde da Mulher. O serviço de referência à mama é especializado e referenciado desde 2019. Nos centros específicos são: 3.300 consultas de Mastologia; mil biopsias; 7.471 mamografias efetuadas em todos os serviços referenciados de mama. Alguns dados importantes da questão materno-infantil, consultas maternas, consultas puérperas e também de recém-nascidos e primeira consulta até o período do primeiro quadrimestre. Planejamento produtivo: número de DIUs colocados nos hospitais, nos ambulatórios e implantes subdérmicos. Prevenção de câncer ginecológico: 61 mil mamografias feitas até março, além do que, parte é feita no serviço referenciado em toda rede; e 136 mil exames de Papanicolau executados nesse período. São importantes esses números porque, apesar da pandemia, apesar de tudo, o funcionamento foi bastante regular, muito importante para a saúde da mulher.

Saúde da Criança e Adolescente. Destaque, evidentemente, para o teste do pezinho que hoje contempla 50 doenças. Foi uma conquista grande que a população conseguiu, que a Secretaria conseguiu implantar e hoje já em funcionamento, 42.176 crianças triadas de janeiro a abril. Alguns específicos, retinopatia, 760 bebês prematuros, extremamente prematuros que foram examinados na maternidade por oftalmologistas. A triagem auditiva também neonatal, 12.436 recém-nascidos também examinados.

E a boa notícia, a melhor notícia do ano divulgada recentemente é que a nossa taxa de mortalidade teve uma queda bem significativa. Conseguimos atingir a nossa meta que era chegar a... Na verdade, a nossa meta era de 10,7, chegamos a 10,1. Isso é referência de 2020,

e em 2009 esse índice era de 11,1%. Então uma queda no índice da ordem de 10%. E o mais importante é que em 100% dos nossos distritos a taxa de mortalidade infantil também diminuiu, o que é uma boa notícia, apesar de todas as notícias ruins que a pandemia tem trazido para a gente.

População idosa. Destaco aqui o número de pessoas atendidas de janeiro a abril: 246 mil idosos atendidos no programa Nossos Idosos. O número doses aplicadas de vacina: 1,9 milhão aplicadas em primeira dose e 1,3 milhão aplicadas em segunda dose. É um trabalho grande da atenção básica para fazer a busca ativa das pessoas que não foram tomar a segunda dose, principalmente os idosos.

Alguns serviços importantes, os serviços nas ILPIs agora, também com serviço médico em conjunto com SMADS, são 1.482 idosos residentes nessas unidades, 100% desses serviços, eles foram vacinados nesse período. As ILPIs particulares e filantrópicas, são 750 instituições, são mais de 13 mil idosos residentes nessas ILPIs, também 1005 dos serviços cadastrados receberam a imunização contra covid-19 nesse começo de ano.

Os serviços das URSIs, são 12 URSIs com 5.758 idosos ativos fazendo parte dessa rede de atenção, um total de janeiro a abril de 246 mil atendimentos feitos nessa população cadastrada; 49 equipes PAI, serviço de acompanhamento do idoso, são 5.959 idosos atendidos até abril, 100% de toda essa equipe também vacinada, um ato importante de proteção para os idosos. Um destaque especial para o prêmio que a Cidade recebeu pela equipe PAI da Unidade Toledo Piza, um prêmio da cidade de São Paulo importante para o Município.

Saúde mental, todos os serviços nossos hoje atendidos: mais de 194 mil atendimentos feitos em saúde mental nos diversos serviços cadastrados no Município, Capes, Ceccos, unidades de atendimento, residências terapêuticas, um número bastante significativo de atendimento para essa população, esse serviço.

O destaque importante também da área de saúde para a população negra da Cidade, a doença falciforme, toda a capacitação e o serviço referenciado para esse tipo de doença, específico, e outras ações realizadas por toda a equipe da atenção básica para

atenção especial à população negra.

Saúde nutricional. Eu destaco aqui o número de atendimentos realizados por nutricionista: 82 mil atendimentos de janeiro a março de 2021. Hoje tem feito um atendimento especial na linha de cuidado do sobrepeso, obesidade, iniciando inclusive as primeiras cirurgias feitas no serviço municipal, importante para toda a rede de atenção do Município.

Práticas integrativas também é importante, atividades em várias unidades nossas, disponíveis para a população.

Pessoas com violência, a participação da Secretaria no seminário de prevenção à violência doméstica realizado agora no mês de maio, virtualmente.

Os PAVs, um trabalho importante nas ruas, de conscientização e nas ações comunitárias, foram mais de 1,6 milhão de pessoas alcançadas por essa comunicação feita em diversos pontos da Cidade em todo esse período, principalmente período de pandemia. O trabalho mais específico, que é do Programa Novo Rio Pinheiros, com toda a equipe socioambiental trabalhando, educativa, e com 72 mil ligações residenciais à rede de esgoto, importante ação que a Saúde abraçou e tem ajudado, juntamente com outros órgãos, com Estado, com subprefeituras. Importantes essas atividades extramuros.

Todos os serviços de ensino e pesquisa que a gente tem cadastrado, dado entrada na Secretaria, dados também importantes de muitos trabalhos científicos feitos, muitos deles feitos até pela nossa Covisa, que tem feito inquéritos sorológicos, trabalho de pesquisa importante para dar rumo às ações da Secretaria na pandemia.

O serviço de atenção especial à saúde do homem, algumas ações importantes de divulgação e atendimento a essa população.

O serviço de atenção domiciliar do Melhor em Casa, hoje com 57 equipes 10,7 mil atendimentos divididos em todas as coordenadorias regionais. Importante: desses atendimentos, 1.315 já são oriundos da desospitalização, então a continuação do trabalho hospitalar na casa das pessoas, fazendo acompanhamento médico na residência das pessoas que mais precisam.

Algumas ações importantes da Pessoa com Deficiência, basicamente muitos equipamentos conquistados pela rede de atenção à deficiência, equipamentos de reabilitação respiratória que foram colocados no CER, numa parceria com a SMPED. Treinamento desses profissionais para coordenar esse trabalho junto à população que precisa dessa recuperação, importante na ação de pós-covid, e também a educação continuada em toda a rede.

Serviço de assistência farmacêutica hoje com 629 farmácias cadastradas, mais de oito milhões de pacientes atendidos, aqui distribuídos mensalmente, o número de atendimentos e pacientes atendidos pelas farmácias espalhadas em toda a Cidade.

Serviço laboratorial, 4 milhões de exames realizados nos laboratórios municipais, um número importante de ações para toda a rede, nos nossos laboratórios. Muitos deles receberam reformas específicas, alguns ainda continuam fazendo as melhorias necessárias e preparando para os novos exames que estão sendo realizados, uma participação importante em todo o trabalho dos inquéritos de laboratórios, dos inquéritos sorológicos que foram feitos, quase todos feitos com os analistas e insumos dos laboratórios municipais.

O número de exames realizados: mais de um milhão de exames realizados de testagem para Covid, tanto o PCR como o de sorologia. E a participação, principalmente, dentro das testagens do senso dos nossos inquéritos, que têm sido um balizador importante para as decisões da Cidade.

Aqui um demonstrativo, mas alguns equipamentos instalados no primeiro quadrimestre. O CAPS na Cidade Ademar, um novo atendimento da UBS em Santana. O Hospital Brigadeiro, agora localizado na região Sudeste, para ser um importante equipamento contra a Covid.

Esse é o Hospital Professora Lygia Storópoli instalado no local cedido pela Uninove, A Prefeitura não precisou equipar nem fazer nenhum tipo de obra, recebemos um hospital pronto, totalmente doado pela instituição. A gente está lá desenvolvendo trabalho específico de Covid. Tem sido um importante ponto de atendimento para Covid para toda a Cidade.

Mais recentemente a UPA Jabaquara, uma das unidades remotas ainda, desde 2016, essa obra, mas agora concluída e entregue à população.

Este é o Centro de Referência da Dor, no Bosque da Saúde. É o primeiro dos vários que a gente quer implantar em toda Cidade. Está sendo o nosso modelo para poder expandir esse atendimento específico, pelo menos, constituindo algumas unidades em cada uma das nossas regionais.

Algumas obras que estão sendo realizadas. Neste ano, nós já concluímos 35 reformas. Temos hoje 123 reformas em andamento, num total de 150 obras programadas para serem entregues ainda neste ano.

Passando rapidamente algumas fotos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Já deu a meia horinha. Eu até estendi um pouco mais por conta das interferências. Então estou vendo que ainda faltam 50 *slides*. Peço ao senhor, por favor, agilizar.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI - Vou passar rapidamente, demora um pouco porque é muita ação. Graças a Deus, são muitas ações.

Foi um passo muito importante a instalação das usinas de oxigênio, que estão dando suporte para que os HDs possam ser uma central de atendimento contra a Covid. Estamos instalando 19 usinas de oxigênio para que essas unidades sejam autônomas, dessa forma não temos problemas de crise com oxigênio na nossa cidade.

Alguns movimentos importantes no que se refere a Covid. Eu destaco a participação da inspeção ao Butantan, nas boas práticas para a produção da Coronavac.

Outras ações. Vou passando rapidamente, porque é muita coisa.

Os inquéritos sorológicos são numa importante ação da Covisa, que têm sido feitos desde julho do ano passado. Neste ano, estamos programados para cinco fases. Aqui estão os resultados de todos esses inquéritos. O último trouxe uma prevalência de 33,5%. Vejam o aumento expressivo da prevalência no decorrer deste ano.

Aqui se trata da participação da prevalência no trabalho que inclui quatro fases dos

inquéritos sorológicos específicos para a Educação. Também outro trabalho que a gente está programado para fazer que é a sororeversão, para nós estudarmos como estão a imunização da Cidade, como estão as pessoas que passaram por Covid.

Chegamos a uma série de gráficos que eu vou passar *en passant* mesmo, porque as informações estão nos nossos boletins diários. A população tem acesso diariamente nos nossos *sites*.

Destaco a campanha de vacinação contra o Influenza, que continua sendo feita. Esse é o total das aplicações e o vacinômetro também.

Chegamos à marca de 4 milhões de vacinados contra Covid-19 neste ano. É uma marca importante. A gente gostaria que isso estivesse mais acelerado. Mas, infelizmente, não depende só da gente.

Este dado é sobre a dengue. É um índice baixo no Município em relação às incidências no Brasil e no Estado. Vejam o índice de São Paulo como é ainda bastante confortável pelas ações que temos feito.

Da mesma forma contra a Chicungunha, foram 24 detectados dentro do Município de São Paulo, assim como os nossos acompanhamentos.

Aqui são várias ações que estou passando rapidamente, como os atendimentos de acidentes com escorpião. Destaco os novos locais como o Hospital Geral do Grajaú e o Alípio Corrêa como acréscimo. Alguns agravos e acompanhamento de outras doenças que a Vigilância tem feito.

No combate ao *Aedes aegypti*, houve 1,5 milhão de visitas realizadas nesse trabalho incansável da Covisa. Novamente, a capacitação do Labzoo para realização do exame de PCR, pelo menos está sendo feito aí para os funcionários municipais, também para as ações dos inquéritos sorológicos. Os equipamentos que foram adquiridos, ao longo desse período, que possibilitaram ao Labzoo a se tornar uma referência no Município para exames, principalmente, fazer o acompanhamento das cepas, juntamente com a Medicina Tropical do Estado de São Paulo.

Há muitos equipamentos já instalados. Estou passando, Vereadora, desculpe, são muitas as ações.

Chegamos aos hospitais, hoje registramos 4.046 leitos. Os hospitais marcados em vermelho são os que estão em atendimento contra a Covid. A média do quadrimestre das nossas taxas de ocupação foi de 83% e a média da taxa de permanência foi de 7,2%.

Destaco o número de partos realizados por hospital e o número de consultas do pronto socorro, cada um dos nossos prontos socorros hospitalares, a forma como estão atuando, uns mais outros menos, dependendo de cada protocolo. As consultas realizadas nas nossas AMAs registram um número bastante expressivo apesar das restrições que a gente tem.

Foram 16 mil cirurgias realizadas, somente nos hospitais no primeiro quadrimestre.

A evolução da taxa de ocupação de Covid durante todo esse período. As aberturas dos leitos, um pouco do Brigadeiro, do Cantareira, do Storópoli, unidades novas abertas, neste ano, algumas obras e reformas que estão sendo feitas nas nossas unidades.

Houve 30.800 atendimentos nesse primeiro quadrimestre no HSPM. As ações principais são as reformas que estão ocorrendo no 4º e no 10º andar preparando e melhorando o hospital sempre.

Trata-se de uma ação que começou em 19, tendo continuidade por todo período de 2020 e 21. Registro a entrega recente da primeira etapa do pronto socorro, foi uma espera grande dessa melhoria. Agora foi a entrega da nossa primeira fase e começamos a segunda fase do hospital. Assim como todo serviço técnico de nutrição e dietética também reformado e parcialmente já entregue aos servidores, inteiramente ao Hospital.

Vereadora, tentei ser o mais breve. Desculpe a correria, mas os números são gigantescos é importante registrar. A apresentação vai ficar disponível para consulta em detalhes. Passamos para a parte mais importante que é esclarecer ao máximo com informações necessárias aos que estão participando da Comissão, do Conselho e aos que estão presentes na audiência.

Agradeço o tempo e a paciência.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ok. Obrigada. Nós vamos seguindo com o nosso encontro.

Quero registrar a presença da Vereadora Luana Alves.

Passo a palavra ao Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO - Sra. Presidente, será bem rápida minha consideração, claro que o volume de informações que o representante da Secretaria traz é muito grande e não conseguimos avaliar todas as informações. As ações feitas em São Paulo são gigantes devido ao tamanho da Cidade e os problemas e necessidades que a Cidade possui, principalmente, na área da Saúde nesse momento que estamos vivendo essa crise da pandemia. Porém, hoje, se visa em prioridade absoluta, aos problemas da pandemia, mas temos ainda os problemas do dia a dia, que é a falta de UBS, ou seja, temos situações de UBS para atender uma população em torno de 50 a 60 mil habitantes ou 30, 40 mil. É necessário que se amplie o número de UBS, AMAS ou junte serviços no mesmo espaço.

Eu não vi, por exemplo, dentro do programa futuro, o representante citar se há algum tipo de programa para ampliar o número de UBS. Sei que, algumas poucas, ainda estão sendo construídas; algumas até da gestão passada ainda não foram concluídas e estão sendo concluídas agora, mas muito lento. Quando falo de UBS não se trata só de UBS. Para fazer UBS, também, tem de ter os profissionais. Hoje sabemos que o número de profissionais, devido à necessidade que nós estamos vivendo, está meio escasso. É necessário resolver a questão da construção de UBSs e ampliar os serviços, porque nós já temos muitos problemas; problemas de pessoas esperarem por um longo período uma consulta, principalmente, na área de especialidades. No clínico, até que consegue passar, mas de especialidade tem pessoas que esperam há muito tempo. Por mais que a Prefeitura diga que tenha diminuído o tempo de espera, ainda há um tempo enorme para algumas doenças, que são emergenciais.

Nesse sentido, gostaria que o Sr. Secretário nos informasse até a questão de hospitais. Sabemos que os hospitais que foram feitos, especificamente, para o atendimento de covid, onde o Governo declara como hospital, nem todos estão ainda equipados para continuar

sendo hospital no período pós-covid. Hoje, a população sabendo que esses hospitais foram montados, é lógico que na cabeça delas, ali será um hospital para valer mesmo.

Gostaria de saber, por exemplo, qual é o programa, qual é a proposta que a Secretaria tem pós-Covid. Por exemplo, Hospital de Parelheiros, hoje, está preparado basicamente para o atendimento de covid. Quando acabar o período da covid, gostaria de saber se hospital vai estar preparado para ter o seu posicionamento normal, atendendo paciente no período pós-covid. E aí entram outras especialidades, outras doenças que não é covid.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Muito obrigada, Vereador Alfredinho.

Passo a palavra agora ao Sr. Leandro Valquer Leite de Oliveira, Conselheiro de Saúde.

O SR. LEANDRO VALQUER LEITE DE OLIVEIRA - Sra. Presidente Juliana Cardoso, vou passar a palavra para a Sra. Maria Auxiliadora, Coordenadora Adjunta.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Então com a palavra, Sra. Maria Auxiliadora Chaves.

A SRA. MARIA AUXILIADORA CHAVES - Boa tarde a todos. Obrigada, Leandro, pela cessão de tempo. Serei rápida. Nosso Coordenador nos representa nesse momento. Na pessoa da Presidente Juliana Cardoso, saúdo todos os componentes da Mesa e quero dizer que tenho total respeito por V.Exa.

Parabéns, Paulo, que fez apresentação da prestação de contas, mas insisto em uma questão que nos foi apresentada, que é a de não ter os números da questão da Covid nesse momento, haja vista que já estamos há mais de um ano nessa pandemia e de lá para cá são gastos. Gastos com dinheiro público que é nosso. Isso também deveria entrar no grupo de prestação de contas de uma forma muito transparente, haja vista que foram hospitais de campanha que foram abertos e fechados; equipamentos que foram comprados; leitos que foram sublocados; contratação de RH de emergência e por aí afora.

Por isso tudo precisaria estar também detalhado para que nós tomássemos conhecimento. São coisas que nós esperamos que tenha uma passagem muito mais rápida do que estamos vivendo, mas infelizmente parece que não. Então, quer dizer, parece que isso não faz parte do pacote da questão da Saúde Pública.

Outra questão que me chamou atenção: o Hospital da Uninove, que foi cedido para o Município, não chegou ao nosso Conselho. Não me recordo em nenhum momento de ter chegado essa questão, mesmo que seja para covid, não tem problema, mas o Conselho trabalha em consonância com a Secretaria. Não trabalhamos no sentido de dizer: Ah, estamos lá só para fazer número. Não, nós estamos lá para fazer de fato, efetivar uma política pública de qualidade e na defesa do SUS.

Então tudo isso, quando se trata de política pública, principalmente voltado à questão da Saúde, lidamos em defesa do SUS. Ponto.

Outra questão que me chamou atenção é não ter - pode até ser que tenha de fato, são muitos *slides* para acompanhar em tão curto tempo - a questão do segmento do Movimento LGBT. Tivemos alguns avanços na questão de harmonização e tudo mais, mas isso não é visível para nós. Pode ser que esteja - como já repeti - mas não vi.

Mais uma vez agradeço ao Leandro pela cessão de tempo, à Vereadora Juliana, também à Secretaria que apresentou seu quadrimestral de atividade. Claro que gostaríamos que fosse muito mais detalhado, pois muitos de nós temos todas as dificuldades, principalmente, neste momento na questão virtual. Parabéns a todos. Obrigada, Leandro.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Só para dizer à Maria Auxiliadora que quem apresentou foi o Chefe de Gabinete, Armando Luis Palmieri.

Com a palavra o Sr. Leandro.

O SR. LEANDRO VALQUER LEITE DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos. Em nome da Vereadora Juliana Cardoso cumprimento todos os Srs. Vereadores, o Sr. Armando Palmieri, pela apresentação.

Temos questionado muito que as apresentações, normalmente na Câmara, têm sido mais completas. As apresentações para o Conselho Municipal de Saúde, no passado, inclusive, tínhamos uma apresentação feita pelas áreas. Então tiravam-se dúvidas. Isso tem a ver um pouco com a 141 e também com a Programação Anual de Saúde, porque a prestação de contas está colada com a Programação Anual de Saúde e continuamos insistindo com a Secretaria Municipal de que precisamos retomar uma apresentação mais ampliada, até para avaliar, inclusive, o impacto durante o ano.

Nesse período da apresentação quadrimestral, temos um pouco também desse balanço de como foram as áreas nesse período de quadrimestre. E também quero solicitar que essa apresentação seja passada, claro vai ser entregue para a Câmara, seja passada para o Conselho Municipal.

E segundo, nós formulamos uma apresentação no Conselho, foi chamada atenção aqui em relação aos dados da pessoa idosa - estou falando de aplicação de investimentos, recurso orçamentário - e também da pessoa com deficiência. Houve um pedido para que esses dados fossem abertos, para que pudéssemos ter uma ideia de qual seria o valor que estaria sendo investido nessas áreas.

Outra questão que minha colega se referiu, a Auxiliadora, é que a análise dos dados da pandemia, foram muito sintéticas, inclusive está apresentado aqui em uma parte do orçamento. Gostaríamos que essa análise fosse analítica, para que a gente pudesse ter uma ideia de equipamentos, de quantos leitos foram contratados, qual foi o custo etc. isso seria muito interessante também que a Secretaria fizesse essa apresentação. É isso, para não tomar muito tempo até para aproveitar bem as outras intervenções que terão aqui. Obrigado, Juliana, Armando Palmieri, minha colega Auxiliadora e os demais.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vereadoras e Vereadores querem se manifestar? Ou já posso passar para o público? Nós temos um total de 12 inscritos, dentro desses 12 inscritos acredito que o Inácio colocou no *chat*.

Tem a palavra a Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Boa tarde a todos e todas, boa tarde, representante da Secretaria, agradeço a apresentação. Sou Vereadora Luana Alves do PSOL e o que o Vereador Alfredinho colocou me contemplou num sentido, pois sabemos que cada vez mais a pressão sobre o sistema de saúde vem nas UBS, claro que os PSs são atingidos, hospitais são atingidos, mas grande parte da demanda de saúde vem para o posto de saúde, vem ali para a ponta. Também gostaria de entender qual é o plano nesse sentido, lembrando que essa Câmara Municipal já se colocou à disposição. Existe um projeto de minha autoria que vários outros Vereadores estão apoiando, em relação a contratação emergencial de trabalhadores da Saúde, autorizando o Executivo a contratar, de forma emergencial, porque existe hoje uma suspensão dos concursos públicos, por conta da pandemia. O projeto autoriza a tirar essa suspensão no caso da Secretaria Municipal de Saúde e eu concordo muito com o Vereador, que é absolutamente urgente nesse momento pensarmos o aumento do efetivo da Secretaria, considerando, inclusive a questão da vacinação, que está sobrecarregando imensamente as equipes de enfermagem. Várias estão trabalhando, durante a semana inteira, durante o final de semana vão para os *drives-thrus*, estão direto há várias semanas, sem nenhum tipo de descanso. Isso é uma preocupação muito grande para nós e gostaria de reiterar esse questionamento.

Também gostaria de entender, o Secretário Edson já chegou a colocar para nós aqui, sobre a possibilidade, sabemos que é muito difícil, pois o mundo inteiro está procurando por vacinas, mas existe uma autorização do STF para que municípios e estados adquiriram essas vacinas. Parece que felizmente agora houve algum tipo de movimentação por parte do Governo Federal, mas muito pouca... (Falha na transmissão) ...os fabricantes de vacina diretamente sem passar pelo Ministério é isso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Acho que você entendeu, né, Armando, porque oscilou um pouquinho. Armando, vou fazer um batidão porque assim você fica com um tempo maior para responder a todos, tudo bem? Então, vai anotando.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Para mim tanto faz, eu vou anotando e

depois eu falo. Depende de V.Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – É melhor porque daí te passamos a palavra e você faz o fechamento. O Inácio vai colocar os nomes aqui, os dozes nomes, quero chamar o Douglas Donizete Cardoso e já peço para Maria José Mendes ficar pronta, assim que o Douglas terminar. Douglas está na sala? Douglas está na sala? Então, se ele voltar, passamos para ele. Tem a palavra a Maria José Mendes está na sala? Peço para o Marcos José Ribeiro Machado já ficar pronto para a próxima sala ou a Raquel.

A SRA. MARIA JOSÉ MENDES – Boa tarde a todos e a todas, sou Maria José Mendes, sou aqui do Campo Limpo, sou dos Conselhos do Campo Limpo. Gostaria de saber o seguinte: sou muito direta e objetiva, vou fazer as perguntas, e se não entenderem, por favor, me perguntem. Gostaria de saber sobre os equipamentos retirados do Hospital do Campo Limpo pelo Einstein, que apareceram no papel, e nós queremos os equipamentos de volta.

O hospital do Campo Limpo está abarrotado, segunda-feira, dia 26/05, o corredor contava com 70 pacientes no corredor, enquanto o hospital do M'Boi Mirim continua com as portas fechadas. Ontem, novamente soubemos que o hospital do Campo Limpo está abarrotado. Eu gostaria também de saber... as cirurgias eletivas paradas desde 2017, estão paradas, acho que muitos já morreram, muitos já se aleijaram por conta de estar aguardando essas cirurgias. Então, gostaria de saber a respeito disso. E aproveito também porque eu acho que dá tempo eu gostaria de saber sobre a UBS do Jardim Elba, que eu gostaria, Vereadora Juliana, que um dia V.Exa. tivesse um tempo viesse visitar a UBS do Jardim Elba para V.Exa. ver o que é aquilo. Aquilo não é uma UBS, não tem nem nome. É só isso. Muito obrigada.

Deu para entender tudo o que eu coloquei?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Perfeitamente. É o Elba na zona Sul?
É isso?

A SRA. MARIA JOSÉ MENDES – É o Jardim Elba do Campo Limpo.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – É o Elba na zona Sul? A gente tem o Jardim Elba aqui na zona Leste. Obrigada pelo convite. Eu quero pedir para o Marcos Ribeiro

Machado, está na sala? Raquel Fernandes.

A SRA. RAQUEL FERNANDES – Boa tarde, eu não entrei logo no início, então não sei por que que o Secretário não está aqui, então depois eu gostaria de saber qual o motivo de o Secretário não estar e espero que o Dr. Armando tenha conhecimento suficiente da situação para poder nos responder. Pessoal é o seguinte: eu quero propor que vocês façam uma visita, todos os Vereadores estão convidados, o Secretário de saúde está convidado, o Dr. Armando está convidado, visitem o que nós estamos falando já há 2 meses, desde que baixou a porta, fechou a porta do hospital M'Boi Mirim. Façam uma visita, por favor, e vejam qual é... o Douglas não entrou ainda, ele é funcionário do hospital, qual é a situação do hospital do Campo Limpo. É de dar dó, gente.

Vocês sabem o que são 70 pacientes num corredor? Dos dois lados do corredor, nem carrinho passa no meio. Não tem estrutura física no hospital do Campo Limpo para aguentar quase 200% de ocupação, pessoal. Nós estamos berrando, berrando, e o hospital do M' Boi Mirim nós sabemos que está com ala fechada. Nós recebemos o Diretor do hospital de M' Boi Mirim, e ele, na nossa reunião do Conselho de Supervisão do Campo Limpo, ele foi claro, eles não ampliam leitos não porque não tenha estrutura, tem estrutura, eles não ampliam leitos porque eles dizem que não tem verba. Então, tem que dar um jeito.

Outra coisa, Dr. Armando, o PCR que é feito nos pacientes do hospital do Campo Limpo, porque lá é não-Covid, todo paciente que entra lá dentro, por qualquer acidente, qualquer emergência, é colhido o teste PCR, e precisa de um resultado rápido porque, se ele tiver mesmo que assintomático, ele está passando Covid para todo mundo. E esse PCR está levando de 8 a 10 dias. Por quê? Porque na UBS leva 24 horas porque lá tem contrato com não sei quem e para os pacientes do hospital do Campo Limpo leva de 8 a 10 dias? Nós já questionamos todo mundo, estamos questionando agora a Secretaria.

Outra coisa, faz dois meses, quando nós levantamos a situação, que nos prometeram leitos de retaguarda para desafogar o hospital do Campo Limpo. A primeira proposta foi que esses leitos fossem montados no HISA, que é o Hospital Integral de Santo

Amaro, não montaram, aí falaram que a Casas Pernambucanas cedeu um espaço ali na Estrada do Campo Limpo e que ia ser montado leitos de retaguarda. Até agora não começou e agora nós temos a informação de que lá vão ser montados leitos Covid. Então, também não vai ser retaguarda.

Melhor em Casa: há anos que estamos pedindo. Se olhar a região Sul inteira, pela sua apresentação, só tem 11 equipes de Melhor em Casa em toda ela. Precisamos de Melhor em Casa inclusive para desafogar o Hospital do Campo Limpo.

Por último. Não é resposta para agora, mas me espantou que esse Centro de Referência da Dor já esteja sendo implementado. Eu nunca vi essa proposta ser aprovada em nenhuma conferência ou no Conselho Municipal. Fica o convite aos Vereadores Alfredinho, Luana, Juliana, todos os 55 Vereadores; quem quiser vir. Também para o Secretário de Saúde. Venham ver a situação dos pacientes que estão jogados no Hospital do Campo Limpo, e o Hospital do M'Boi Mirim vazio. Terminei. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Raquel. Douglas está na sala? (Pausa) Marcos José voltou? (Pausa) Se não, já passo para Ana Rosa Garcia da Costa e já peço para (interrupção da transmissão) Polo Social Cívico Brasilândia, e não sei quem é que vai representar. Ana Rosa, por 3 minutos. Se precisar, mais um pouquinho.

A SRA. ANA ROSA GARCIA DA COSTA – Muito obrigada, Vereadora. Boa tarde a todos, todas e todes, em especial aos Vereadores que se prontificaram a aparecer. O nosso Secretário, não, não é?

Eu gostaria de começar respondendo uma pergunta do Leandro. Leandro, a assistência do idoso está aparecendo na página 13 da prestação de contas com um valor ínfimo, de 1 milhão 820 mil reais, atualizado para o mesmo valor. Embaixo, temos a assistência ao portador de deficiência, que, de R\$ 7.461.996,00, que já era um valor pequeno, foi repassado na atualização e caiu para R\$ 5.161.476,00. Não entendi por quê.

Só que, além disso, temos a proteção e benefícios ao trabalhador zerada. Não tem nada previsto. Vigilância epidemiológica, no meio da maior pandemia que esta geração

vivenciou, zerada; e não foi aplicado nada para a assistência ao idoso e ao portador de deficiência. Não tem nada empenhado e, obviamente, nada liquidado nem pago. Eu gostaria de ter uma explicação sobre isso. Porque, para mim, é deixar sem assistência nenhuma o idoso, o portador de deficiência e todos nós, através da Vigilância Epidemiológica, no meio de uma pandemia. Quero uma explicação.

Na última coluna, há os restos a pagar. Vendo todos eles, descobrimos que temos 2.723.225.059,00 – estamos falando em bilhões – de restos a pagar que não foram pagos. Eles deveriam ter sido pagos no primeiro trimestre, porque a lei fala em primeiro trimestre do ano; mas, no primeiro quadrimestre do ano, não foram pagos. Então, eu queria saber: esses restos a pagar estão sendo cancelados? Se estão, queremos saber onde eles aparecerão na prestação de contas mais esse valor; porque, aí, iria de 12 bilhões para mais de 14 bilhões de aplicação na saúde, o que seria correto segundo a 141.

Por fim, quero mandar um recadinho para a Secretaria Municipal de Saúde. A Secretaria de Direitos Humanos resolveu que vai fazer a eleição do Conselho de Idosos de São Paulo no dia 12 de junho; eleição híbrida. Portanto, no dia 12 de junho teremos a votação presencial. Foi super mal arrumada. Temos poucos postos de votação. A Leste, acho que tem dois ou três apenas para toda a região; a Sul tem cinco, não cobre essa região. Enfim, vamos expor uma população já penalizada por essa pandemia, que são as pessoas idosas, ao risco de um contágio de uma cepa que não sabemos se a vacina que tomamos dá conta de proteger. Pedimos um parecer à Secretaria Municipal de Saúde, e até hoje esse parecer não veio. Então, eu queria alertar o Secretário. Se ele estivesse aqui, sou muito franca, eu falaria diretamente com ele. Estou pedindo para o Chefe de Gabinete atentar para esse nosso pedido, que foi pedido de candidatos ao Conselho do Idoso, para que se analise; porque o Estado suspendeu a abertura que haveria no dia 1º, e no dia 12 a Secretaria Municipal, contra o regramento da própria Secretaria de Saúde, que suspendeu todas as eleições de Conselho, vai mandar um monte de pessoas votarem presencialmente no meio de uma pandemia. Então, eu gostaria que ele parasse de telefonar e dar risadas e desse uma resposta para nós, pois isso é

muito importante para nós nesse momento. Obrigada. Era esse o meu recado, se é que ele meu ouviu, porque, aparentemente, está ocupado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Essa pessoa que você está vendo é o Luís. O Chefe de Gabinete está ouvindo e anotando.

A SRA. ANA ROSA GARCIA DA COSTA – Então, perdão. Peço desculpas ao Armando, e gostaria imensamente de ter uma resposta.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – O.K. Chamo agora para falar o representante do Polo Social Cívico Brasilândia. Em seguida, Diva Nunes. Vou encerrar as inscrições agora, porque, senão, não conseguiremos devolver a palavra para o Armando dar as respostas. Alguém do Polo Social Cívico? (Pausa) Três minutos, por favor.

O SR. MARCOS RUBENS FERREIRA – Boa tarde. Estou representando o Presidente do Polo Social Cívico Brasilândia, Sr. Daniel Gomes da Silva, que está em recuperação de AVC e meningite. O questionamento que trazer é em relação ao Hospital Municipal da Brasilândia, que foi aberto para pacientes Covid em 2009 (*sic*). Ressalte-se que foi aberto, mas não inaugurado, e é administrado pela organização social de saúde IABAS, que foi objeto de noticiário no final do mês passado e de reportagem veiculada pelo SPTV 2ª edição em 26 de abril sobre falta de medicamentos para pacientes usuários SUS internados naquela unidade em UTI, o famoso “*kit* internação” e outros insumos.

Toda essa situação ficou muito mal informada e resolvida por conta de que não existe Conselho Gestor no estabelecimento de saúde que foi aberto, mas não inaugurado; não está formalmente constituído enquanto órgão de controle social ou qualquer forma parecida de acesso porque é porta fechada e só chega paciente referenciado lá.

Estávamos com uma previsão de agenda com o Secretário Municipal de Saúde para final de abril, começo de maio com um bispo da região Brasilândia, o Vigário Episcopal Dom Carlos Silva; mas essa reunião foi cancelada misteriosamente, ou suspensa, *sine die* após Dom Carlos redigir uma carta dizendo da preocupação com os pacientes que estavam internados naquele estabelecimento de saúde e com a reportagem veiculada dizendo que

faltava medicação.

De primeira mão, recebemos nesta semana informação de funcionários – cujos nomes não podemos dizer claramente – que estão sendo demitidos funcionários, e o quadro de pacientes continua o mesmo. Como fica a situação: menos funcionários e mesmo número de pacientes chegando ou, quem sabe, até mais, com a pandemia talvez aumentando e também a situação voltada para as UBS que estão em planejamento aqui na região? Existe promessa de uma UBS no Jardim Brasília, pois já existe terreno, tem placa, mas nenhuma previsão de início de obras. Existe uma UBS que incendiou em fevereiro do ano passado, chamada UBS Jardim Elisa Maria. Foi feita a devida licitação, contratação, concorrência, está em obras e existe previsão de UBS, promessa, pelo menos, no Jardim Damasceno, que não tem terreno, não tem placa e é uma eterna promessa, pelo menos nos últimos dez anos.

Elencando, Hospital Municipal Brasilândia, primeiro questionamento, e UBS Jardim Brasília, como futura construção, UBS Jardim Damasceno, sem previsão.

Com relação à toda movimentação que está ocorrendo no município, que não se fala abertamente de variantes, mas se fala de fechar ou de haver uma fiscalização ou controle maior em estradas, rodovias, aeroportos e portos, por que não abrem o jogo e vão dizer que já está acontecendo tudo o que era previsto de agravamento da situação? Ou é melhor agravar, agravar, agravar e depois correr atrás do prejuízo? O município tem autonomia, como muitos municípios da região do interior e de outras DRSs, para tomar medidas.

Obrigado e boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra a Sra. Flávia Anunciação.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIAÇÃO – Boa tarde a todos. Agradeço esse espaço e os Vereadores que aqui estão. Eu vou falar um pouquinho. Sou conselheira municipal e sou trabalhadora também do HSPM.

Vou falar sobre a reforma muito rapidamente que ocorre no HSPM. As fotos são muito bonitas. A intenção acredito que também seja, mas a execução da obra é de baixíssima

qualidade. Contratou-se uma empresa, se não me engano, que deu 30% de desconto na licitação. Percebemos que a empresa vai trabalhar com uma margem de lucro baixíssima, e isso corresponde aquilo que estão entregando. Existem problemas de finalização de obra, problemas de dimensionamento estrutural da obra e problemas que enxergamos a olho nu. Eu que sou leiga consigo mostrar e demonstrar a baixíssima qualidade da obra que está sendo entregue. Essa mesma empresa foi contratada para diversas outras obras dentro do HSPM, inclusive do setor de nutrição e dietética, que é uma luta nossa a reforma lá. Infelizmente também segue o mesmo padrão. É uma obra entregue com baixíssima qualidade, e várias partes da obra tendo que ser refeitas, e a nossa indignação é que existe um fiscal de obra. Como se pode dar um aceite numa obra como está sendo executada e entregue nesse momento no HSPM. Se não me engano, são treze milhões, mas todo dinheiro e aporte das outras obras que foram feitas. Então, como foi dito aqui, a minha proposta é para esta comissão ir fazer a fiscalização e olhar como está lá a situação do HSPM.

Outra coisa que eu coloco é falar sobre a nossa atenção básica. Eu acabo de receber aqui algumas mensagens de trabalhadores, que já estão trabalhando. Trabalham a semana inteira, já estão há três sábados trabalhando na campanha de vacina, e não há nenhum planejamento, nenhum programa de assistência a esses trabalhadores.

O corpo de trabalhadores de Saúde, principalmente as pessoas que estão na linha de frente, está exaurido. É um corpo de trabalhadores cansados, sem folga, sem férias e sem planejamento de áreas de descompressão para eles. Isso impacta demais na assistência que é prestada. Há setores críticos hoje dentro dos hospitais. É uma situação bastante grave, e os trabalhadores suportam solitariamente os erros de gestão, a falta de vacina, a falta de isolamento, a falta de uma renda mínima para as pessoas poderem isso. Todas essas decisões da gestão, no final das contas, caem sobre as costas dos trabalhadores que estão na linha de frente.

Outra consideração que faço é que temos visto a remoção de um segmento inteiro de trabalhadores dessas áreas críticas com experiência e que fizeram carreira e que têm a

preparação, a formação e a capacitação para atuar em áreas críticas. Esses segmentos inteiros de trabalhadores estão sendo removidos para entregar esses postos de trabalho para as organizações sociais, que, na maioria das vezes, traz para dentro dessas áreas críticas, trabalhadores com pouca experiência e a sua maioria recém-formada. Então, isso também tem um impacto na assistência prestada, porque para se formar um trabalhador de UTI, trabalhador de pronto-socorro, é necessário, no mínimo, dois anos, e esses postos de trabalho estão sendo entregues a trabalhadores com pouca experiência.

Um dia também vamos ter que discutir o que isso significou na vida ou na morte das pessoas que ao serviço público recorreram.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra a Sra. Laudicéia Reis da Silva Santos.

A SRA. LAUDICÉIA REIS DA SILVA SANTOS – Eu quero só reforçar sobre a questão do hospital e os materiais que foram retirados do Hospital Campo Limpo. Pelo que sabemos, foram doados para o hospital e o Einstein retirou. É um absurdo haver equipamentos retirados de um hospital público que já carece de tanta estrutura.

Outra coisa que eu queria deixar aqui. Os trabalhadores estão voltando a trabalhar, voltando ao seu local de trabalho, após terem Covid, sem nenhuma avaliação anterior a esse retorno. Então, eles estão voltando sem poder fazer uma avaliação das condições de saúde deles para poder voltar ao atendimento da população. Então, é importante a gente saber também o que a Secretaria pensa a respeito dos sequelados em relação à covid, principalmente os trabalhadores que têm que voltar ainda na pandemia, com toda pressão no serviço, sem ter a sua saúde avaliada. A gente percebe que são trabalhadores que ainda estão adoecidos, que têm algum tipo de sequela da covid e estão sendo obrigados a retornar ao serviço sem essa avaliação e esse acompanhamento.

Então, é importante que a gente olhe para a vida desses trabalhadores e para a saúde deles que têm lidado com a população, porque a gente coloca em risco tantas vidas

deles como o da população que vai ser atendida por um trabalhador que não se encontra em condições. Então, falo especificamente dos servidores públicos. A gente não tem os exames periódicos da forma que deveria haver, e esses trabalhadores estão sendo expostos novamente ao trabalho, sem nenhum tipo de acompanhamento.

Espero que a Secretaria dê uma solução para isso.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Sr. Teófilo.

O SR. TEÓFILO – Primeiro, cumprimento V.Exa., Sr. Presidente Juliana Cardoso pelo seu belo trabalho nesta comissão. Cumprimento também o Vereador Alfredinho e todos os demais participantes dessa audiência. Segundo eu penso, os relatórios quadrimestrais de prestação de contas são etapas intermediárias que devem ser concluídos com o relatório anual de gestão. A resolução 459 do Conselho Nacional de Saúde determina que os relatórios quadrimestrais devem seguir o padrão, a estrutura do relatório anual de gestão.

Eu gostaria que o Sr. Secretário Edson Aparecido estivesse presente para ouvir a minha pergunta. Por que esse relatório, apresentado hoje, não segue o padrão do Relatório Anual de Gestão? Encerro aqui a minha fala. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Que rápido. Não deu nem os três minutos. Obrigado. Vou chamar agora a Carmen. (Pausa) Carmen?

Então vou passar para a Camila. Tem a palavra por três minutos.

A SRA. CAMILA FURCHI – Olá, boa tarde a todas e a todos. Queria chamar à atenção, pois na apresentação houve muita coisa, mas não me lembro de ter ouvido nada sobre o Programa Adolescente Saudável ou mesmo o Programa Saúde na Escola, que também trata da questão do enfrentamento desse problema sério que é a gravidez na adolescência, a gravidez precoce.

E essa semana tivemos uma audiência pública pela Comissão de Saúde, quando foi discutido o PL 813/2019, que inclui no calendário da cidade de São Paulo a semana do Escolhi Esperar, uma referência clara à uma campanha cristã que coloca a abstinência sexual

como método anticonceptivo, enfim, um projeto de vida, como uma escolha individual.

E aí nos assustou bastante que, ao final da audiência, o Vereador Rinaldi Digilio, que é o autor do projeto, mencionou que o substitutivo que ele vai apresentar inclui, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, o programa Escolhi Esperar como sendo uma sugestão da Prefeitura. Ele não usou a palavra 'secretaria', nem 'prefeito', ele usou a palavra 'Prefeitura'.

Então eu queria fazer uma pergunta, um questionamento à Secretaria, considerando que esse órgão tem esses dois programas, ou seja, o Programa Adolescente Saudável, que foi renovado, e o Programa Saúde da Escola, daí a indagação para o Chefe de Gabinete, e também deixar para a Secretaria, se é necessária a criação de um outro programa que tem aí a abstinência sexual como uma diretriz, como uma política pública que é enfrentar um problema tão sério, tão grave, qual seja, a gravidez na adolescência, a gravidez precoce. É isso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Camila. E, nesse momento, chamo a Sra. Erika Sato, que é a última inscrita. Depois dela, vou fazer novamente a chamada das pessoas que se inscreveram, mas não se pronunciaram, tirando o Douglas que já afirmou que não vem.

A SRA. ERIKA SATO – Boa tarde a todas, me ouvem bem? (Pausa) Obrigada. Vim aqui novamente falar sobre a assistência à saúde das mulheres na gestão, no parto e no pós-parto.

Trago uma pergunta: gostaria de saber como as mulheres estão parindo no Município de São Paulo? Como os bebês estão nascendo no Município de São Paulo? E eu trago esse questionamento baseada no local de uma mulher que acompanha outras mulheres. Sou doula. Tem me angustiando muito que, no decorrer dos últimos anos, aos poucos, estão fechando, cada vez mais, leitos de maternidade.

Vou citar alguns exemplos. Em 2017, foi fechada a maternidade do Santo Amaro. Lá eram 1,5 mil partos ao ano, mais ou menos. Em 2020, Regional Sul, foram cerca de 2,3 mil ao ano. Tivemos a notícia recente de que a maternidade da Penha irá fechar, onde há cerca de

mil partos por ano. Para além disso, temos duas maternidades que, nesse momento, estão destinadas aos hospitais de catástrofe que são a Valdomiro e a Penteado, onde registrava-se cerca de 5 mil partos ao ano.

Aí, a minha aflição: a peregrinação dessas mulheres em busca de assistência, da quebra de vinculação com a unidade de saúde de sua referência; e, pior, justamente num momento em que o Brasil tem a marca vergonhosa de mortes maternas por Covid. Isso indica que está havendo uma desestruturação na assistência às mulheres.

E, por último, mas não menos importante, quero falar sobre vacinação. Queremos vacinação para todas as gestantes, não só aquelas que possuem comorbidades. É conhecido que as gestantes e puérperas são do grupo de risco para agravamento da Covid. Então, hoje, viemos aqui lutar pela vacinação delas.

Conto, bem rapidamente, para finalizar, que estou participando de um encontro, é o 1º Encontro Nacional de Doulas promovido pela Fiocruz. Pelas exposições, fiquei muito triste ao saber que a maior parte dos estados já vacinaram as doulas, enquanto o Município de São Paulo – e digo Município de São Paulo, porque Guarulhos, a região do ABC e muitos outros municípios do estado, já vacinaram as doulas e as obstetrizes. Então gostaria de saber por que a Secretaria Municipal da Saúde não nos reconhece como uma pessoa, como uma profissional que integra as equipes de saúde e que atua junto a um grupo de risco.

Muito obrigada Vereadora Juliana.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada Erika. Então, vou fazer a segunda chamada – a terceira, na verdade, eu acho – dos inscritos.

Maria José Mendes?

A SRA. MARIA JOSÉ MENDES – Já falei. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Verdade, sim, obrigada.

Marcos José Ribeiro? (Pausa) Não está.

Diva Nunes? (Pausa) Não está.

Carmen Elizete? (Pausa) Ok. Três minutos.

A SRA. CARMEN ELIZETE – Estou aqui. Obrigada. Boa tarde a todos.

Quero fazer uma pergunta relacionada às consultas preventivas. A covid está aí, mas as pessoas estão adoecendo não só de covid, mas com muitas outras doenças. E foram suspensas essas consultas, então, como vai ficar esse pessoal? Daqui a pouco vai morrer gente – como já está morrendo – com outras doenças por falta de acompanhamento. A pergunta é como fica essa situação? Minha pergunta é só essa. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Finalizamos os inscritos. Vou passar a palavra ao Vereadores. O Vereador Alfredinho já falou, Vereadora Luana Alves também. Vereador Rinaldi Digilio que fazer uso da palavra? (Pausa)

Eu também quero, depois, fazer as minhas considerações. Eu tenho quatro perguntas.

A primeira é sobre o Hospital Brigadeiro. Ele foi inaugurado em fevereiro deste ano. E, no dia 5 de abril, o Ministério Público do Estado instaurou o Inquérito Civil nº 192/2021 para apurar a falta de condições adequadas para esse funcionamento: “após a denúncia de um profissional médico da unidade, e a vistoria do Conselho Regional de Medicina, foi constatada a falta de alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária; falta de alvará do Corpo de Bombeiros; ausência das escalas médicas de plantões; elevadores com tamanho inadequado para transportar uma marca; inexistência de laboratório de análises clínicas; falta de aparelho de tomografia; entre outros diversos problemas”.

O Hospital Brigadeiro é administrado pela SPDM que recebe, mensalmente, o valor de 4,8 milhões de reais. Gostaria de saber se a Secretaria pode me explicar esses problemas que, infelizmente, não parecem ter fim, pois não é só SPDM que tem esse problema.

A segunda pergunta trata de que recebi, recentemente, uma foto de um *banner* colocado pela Beneficência Portuguesa em frente ao Hospital da Penha. Ela informa que, a partir de junho, aquela maternidade não atenderia mais o SUS em função da Prefeitura ter encerrado o contrato com aquela unidade. A destacar que, no ano passado, foram realizados 5.172 partos naquela unidade.

E, considerando que as maternidades do hospital Valdomiro de Paula, em Itaquera, e Vila Maria, também foram fechadas, é uma pergunta muito óbvia, mas com bastante preocupação, conforme a Erika colocou aqui, agora há pouco, e que repito: onde as mulheres da cidade, que precisam dos serviços do SUS, vão realizar seus partos?

Neste caso, eu já tenho conversado muito com o Secretário Adjunto e ele me explicou que a Beneficência Portuguesa está pedindo um valor a mais do que o contrato permite pagar, porém estão procurando prédios. Hoje até fizemos o indicativo de um local que era o antigo INSS. Sabemos que isso demora e ainda transformar recolocando como hospital. Então queria saber como vocês estão visualizando, é de fato se vai acontecer, ter algum outro hospital ali na Penha, de maternidade ou de covid.

A terceira pergunta, aproveitando esse assunto, eu gostaria de saber se a Secretaria Municipal de Saúde tem planos de implantar novas Casas de Parto, visto que a imprensa registrou aumento de procura na rede municipal, e a Cidade só tem duas unidades, de cuja implantação eu tenho muito orgulho de ter participado. Uma é a Casa de Parto de Sapopemba, e o tempo todo a gente estabelece um diálogo para melhorar o seu atendimento, e a outra é a Casa de Parto Ângela, que faz três a quatro vezes mais partos do que a de Sapopemba, administrada pela SPDM. Essa é sempre uma pergunta que a gente faz, porque a gente quer que essa Casa seja muito mais divulgada.

Quarta e última pergunta. Seguindo as recomendações do Ministério Público, os contratos com o IABAS não foram renovados. Já temos o resultado do chamamento público para a região central e para a região Santana e Tremembé? E quando será realizado o chamamento público para o contrato de gestão do Hospital Brasilândia?

São essas as minhas considerações. Eu vou passar essas perguntas ao Ivan via WhatsApp, porque assim fica mais fácil a impressão enquanto V.Exa. responde a todas as outras perguntas. Assim, eu encaminho para que a Secretaria, representada pelo Sr. Armando, possa fazer as suas respostas e considerações finais.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – O.k. Eu espero ter anotado todas e vou tentar

elencar por pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – O Ivan está aí com o senhor, para eu passar as perguntas para ele?

O SR. IVAN CÁCERES – Estou aqui.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – O Ivan está aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ah, então, eu estou passando já pelo zap.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Vou começar pelas perguntas do Vereador Alfredinho, que foi o primeiro a se manifestar. Ele questionou sobre duas situações: como ficam os hospitais que nós estamos abrindo para covid e o de Parelheiros, além das novas Unidades Básicas de Saúde.

Bom, primeiramente, nós ainda estamos desenvolvendo o projeto Avança Saúde, aquele financiamento que a Prefeitura adquiriu junto ao BID, que se iniciou no final de 2019 e agora está praticamente está entrando no segundo ano dos quatro anos de execução. Um forte elemento que nós temos dentro desse projeto são as reformas e ampliações de novas construções; algumas das quais nós já estamos vendo frutos e sendo inauguradas, além de terminos de obras realizados e disponibilizando esses equipamentos para a assistência à Cidade. Nesse caso, a gente destaca o Hospital da Brasilândia, projeto que permitiu que a gente terminasse e equipasse o hospital, para que ele pudesse, de fato, atender à população. Ele estava em vista de ser inaugurado para a população como hospital geral quando se iniciou o processo da pandemia. Então, tanto o de Parelheiros como o da Brasilândia se tornaram dois grandes e importantes equipamentos para o atendimento à pandemia; são provavelmente dois dos maiores hospitais públicos brasileiros que atendem a covid.

De modo geral, muitos desses hospitais que nós estamos abrindo agora para a covid, num atendimento específico, ainda terão que receber, no pós-covid, para se tornarem equipamentos de ação geral, um hospital geral, novos investimentos para que a gente possa, no final de cada fase da pandemia, reverter esses hospitais para atendimento direto à

população como hospital geral para todos. Investimentos são necessários para que a gente possa, de fato, melhorar as condições dos hospitais, hoje específicos para a covid, e para que a gente possa, então, revertê-los para hospital geral, apesar de que todos eles têm programações. É lógico que alguns são grandes e vão servir a atividades maiores, e outros serão hospitais menores de atendimento regional à população, junto ao território. A intenção da Prefeitura foi montar um equipamento que pudesse ser depois aproveitado para a população em qualquer fase, em qualquer necessidade de assistência.

Nesse projeto do banco, ainda nós temos ao menos unidades, UBS que serão ampliadas, nove prontos-socorros que serão transformados em UPAs. Além disso, serão construídas 17 novas UBS e a implantação de mais seis CCIs ou equipamentos próprios ou em imóveis alugados ou contratualizados; mais um serviço novo e importante para a gente poder ampliar o atendimento para toda a Cidade.

Vereador, nós temos, sim, uma programação de novas unidades, sendo iniciados processos maiores de licitação para que a gente possa contemplar, nesses próximos dois anos, as unidades faltantes e programadas no projeto original, o projeto que desenvolvemos junto com o banco. Esse projeto está ainda na metade da sua execução e, com certeza, inauguraremos, sim, muitas UBS ainda para podermos cobrir alguns vazios assistenciais que a gente tem na Cidade.

Em 86 dessas novas unidades UBS, também estão programadas para que recebam o serviço das equipes do Saúde da Família, que hoje nas unidades existentes não há condições, pois não há espaço físico para isso. Então, essas obras são necessárias e estão acontecendo, de modo geral, na Cidade e conforme cada uma dessas unidades vão ficando prontas, imediatamente serão acrescentadas novas equipes para atendimento à população.

De modo geral, acho que a pergunta principal que o Vereador Alfredinho fez foi em relação a esses novos investimentos, que estão, sim, contemplados e estão sendo executados de modo geral.

A Auxiliadora falou dos valores de covid, que evidentemente estão mesclados na

nossa apresentação. É possível, sim, a gente melhorar a apresentação para que a gente tenha um adendo específico para a covid; isso é uma situação fácil, porque a contabilização, dentro do sistema do Município, é possível fazer. A gente faz prestação de contas claramente ao Tribunal de Contas, e eles visualizam todos esses dados. Então, está aqui um elemento a mais para ser acrescido na apresentação, com os dados financeiros de covid, de aplicação em covid para as próximas apresentações.

Sobre o programa voltado ao público LGBTQIA+, questionado pela Auxiliadora, é importante destacar que a gente tem 31 locais de harmonização. Antes só havia alguns pontos e hoje, de modo geral, isso foi ampliado na Cidade. É um programa importante e tem já crescido muito, inclusive a gente já está trocando ideias com os Srs. Vereadores a fim de melhorar ainda mais, colocando algumas unidades específicas para esse público, para o atendimento especializado desse público. A gente vai, com certeza, e cada dia mais, melhorar e especializar o atendimento para essa população.

O Leandro citou o Hospital da Uninove. Evidentemente, o espaço do Hospital Lydia Storópoli foi uma doação da universidade, e nós, então, estamos operando ali uma unidade de transição específica para a covid, foi amplamente divulgado pela imprensa, a Prefeitura ajudou a preparar. Estranha-me a palavra de não ter sido comentado no Conselho, mas é algo que falamos, que tratamos abertamente, inclusive, muitas vezes com a imprensa. E após a entrega da unidade, pela Universidade, então assumimos a parte assistencial. Não houve aplicação ou investimento do Município naquele espaço. Todo o espaço foi remodelado, foi redesenhado pela própria universidade, pelas equipes de Engenharia da Universidade, construído pela Universidade. E, em cima disso, nós, então, entramos apenas com a parte assistencial e com um ganho importantíssimo da Cidade com esses novos leitos que podem desafogar o Município na questão do atendimento hospitalar.

A Luana Alves falou do papel da UBS, comentou sobre a importância do papel da UBS, da contratação e do projeto de contratação emergencial, é uma iniciativa importante. Eu acho que é preciso destacar que as equipes de Saúde têm se desdobrado enormemente e hoje

todas as ações, que nós temos feito, precisam realmente passar por um trabalho de viabilização da questão da mão de obra, que tem se tornado difícil: a mão de obra, hoje, mais requisitada. E nós temos, graças a Deus, conseguido, aí, ocupar os nossos planejamentos com mão de obra, mas é lógico, alternativas são importantes para que nós possamos também desenvolver, aí, novas ações necessárias, substituir e preparar novas equipes para assumirem toda essa demanda de Saúde que nós temos neste momento.

A UBS foi, com certeza, o principal ator dentro do combate à pandemia. Desde o início da pandemia, no ano passado, o papel da Atenção Básica e das Unidades Básicas de Saúde foi importantíssimo no atendimento inicial de toda a população. Mantivemos todas as nossas equipes, os nossos trabalhos grandes dentro das unidades para atender a essa população e fazer o acompanhamento. Um trabalho gigantesco: mais de dois milhões de pessoas ao longo desse tempo, sendo monitorados pelas equipes da Unidade Básica de Saúde. É, com certeza, o movimento que trouxe grande resultado no primeiro papel, no início da pandemia, lá em 2020, e que foi a entrada das UBSs como atuantes principais da pandemia, lá naquele momento. E continua sendo. Hoje, com um papel mais difícil, porque a população mais jovem não busca esse atendimento. Então, há, realmente, uma necessidade de atuação muito precisa da Unidade Básica em toda a rede para fazer essa busca ativa e acompanhar, desde os primeiros sintomas, a população.

Mas a questão da vacina, Vereadora, nós fizemos todo o trabalho, manifestamos o interesse a todos os laboratórios e continuamos fazendo todo esse movimento. Há uma preferência dos laboratórios de venda para a União e não para os Municípios. Isso tem dificultado a compra, mas em todos os momentos, desde o início do programa de vacinação, nós manifestamos, junto aos laboratórios, a vontade de comprar, ao menos, cinco milhões de vacinas para que pudéssemos avançar, ainda mais, com o processo no Município. Isso não se tornou realidade. O trabalho de busca desses laboratórios ainda continua, essas negociações, essas conversações, mas basicamente não depende da vontade do Município e, sim, das ações do laboratório em concretizar essas negociações para que isso, de fato, aconteça.

A Maria José colocou a questão do Campo Limpo e dos equipamentos. Os equipamentos que foram retirados do Campo Limpo. Tenho certeza de que não foi, não há equipamento do Município que tenha sido retirado do Hospital do Campo Limpo, em momento algum. Houve, sim, uma equipagem, naquela época, quando o Einstein estaria assumindo o pronto-socorro do Município. Não era assumir o Hospital e, sim, o pronto-socorro. Essa situação, evidentemente, acabou não indo à frente e, é lógico, o que eles colocaram não foi doação para o Município. O que foi ali colocado nenhum equipamento, com certeza, foi tirado do Município. As cirurgias eletivas, dentro de nossa possibilidade e capacidade, evidente que estamos fazendo. Dentro da própria apresentação, foram ali elencas pelo menos 16 mil cirurgias nos hospitais, fora uma quantidade parecida desta de operações de menor complexidade feitas dentro dos HDs, que apesar de menor complexidade, também têm um papel importante no andamento da fila da unidade, dentro da fila de cirurgias eletivas. Evidentemente, passamos aí por uma preocupação nas eletivas e que foi sobre os *kits* de intubação. Evidentemente que precisamos manter os nossos estoques regulados para os pacientes intubados nas UTIs e a preocupação é que a cirurgia eletiva também usa o mesmo kit e isso poderia ser um problema. Então, de qualquer forma, nós não abandonamos e as cirurgias têm acontecido dentro dos hospitais e dentro dos HDs, conforme uma programação e principalmente pela urgência de que cada caso aconteça.

A SRA. MARIA JOSÉ MENDES – Não me contemplou essa resposta.

O SR. ARMANDO LUÍS PALMIERI – A UBS Jardim Helga, nós já fizemos algumas... Realmente é uma unidade que precisa... Na verdade, é uma unidade que nem consideramos uma unidade. É um local improvisado, muito ruim, que precisamos, de fato, ter um espaço necessário para construir uma nova unidade. Houve algumas tratativas de nós fazermos especificamente, através de programas de construções compartilhadas. Houve a participação de algumas outras Secretarias. Fizemos essa discussão. Há a necessidade de busca de local para o Jardim Helga, mas, de forma alguma, deixamos o hospital sem qualquer... Esse local sem qualquer previsão de construção. Há, sim uma necessidade e nós,

com certeza, vamos desmembrar e vamos conseguir construir, ali, uma unidade compatível com a necessidade do local.

A Raquel falou um pouquinho também do Hospital do M'Boi Mirim, dos leitos de retaguarda. Nós temos, aí, o Hospital do M'Boi Mirim precisou ser retornado para atendimento Covid. Hoje, ele está referenciado para Covid novamente pelos problemas..., pelo aumento expressivo que aconteceu em fevereiro e março. Então, nós tivemos de voltar em algumas decisões como, por exemplo, o atendimento de hospital geral, do Hospital do M'Boi Mirim, e evidentemente isso impacta no Campo Limpo, e nós sabemos. Mas precisamos fazer o atendimento, voltar ao atendimento do M'Boi Mirim de forma importante para podermos atender os pacientes de Covid na zona Sul, que tinha, realmente, uma necessidade grande em março e em abril. Evidentemente, diminuindo, passando esta fase, o M'Boi Mirim voltará à situação de atendimento geral o que, com certeza, ajudará a desafogar o Campo Limpo neste momento. O espaço cedido pelas Casas Pernambucanas, pela Raquel, nós já fizemos o chamamento e estamos na fase final de conclusão do chamamento público, feito, ali, para uma contratação emergencial. Já temos o resultado. Está na análise jurídica das propostas para que iniciemos imediatamente e a nossa intenção é que ao final de junho, começo de julho esse hospital implantado ali, que temos chamado de Santa Teresinha, no espaço cedido pelas Pernambucanas, possa atender o público da região, ajudar ali principalmente na UPA Campo Limpo, que tem sido muito demandada nessa questão.

O projeto Melhor em Casa, que temos intenção realmente de aumentar as equipes. Evidentemente a pandemia trouxe um pouco de atraso nessa questão e não conseguimos ainda colocar isso à frente, mas evidentemente o trabalho que já temos feito com as pessoas na desospitalização, no pós-covid, indica a necessidade de estruturarmos melhor o Programa Melhor em Casa não só na região Sul, mas em toda a Cidade, para poder fazer um acompanhamento pós-covid, ajudar também no acompanhamento do pós-covid.

O Centro de Referência da Dor era uma Unidade já existente, ali no Bosque, onde já existia o Centro de Práticas Integrativas e foi feita uma melhoria, uma reforma para receber

novas técnicas e ali ser um ponto de referência para a dor crônica de pessoas na nossa Cidade. É um piloto de um equipamento que com certeza vai se expandir para outras regiões, mas é também uma expansão do Centro de Práticas Integrativas já existente ali no local.

A Ana Rosa falou especificamente...

(NÃO IDENTIFICADA) – E os PCRs dos pacientes do Hospital do Campo Limpo?

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI - O PCR, eu volto imediatamente, porque estamos verificando o porquê, não há sentido de ter esse resultado em oito ou 10 dias. Então estamos aqui com a Secretária Executiva Hospitalar já olhando essa questão para tentar verificar o que possa estar acontecendo, para que já se atue imediatamente nessa situação. O Hospital está sendo atendido por uma Ata Federal, uma unidade específica para atendimento de PCR e não justifica esse prazo de oito a dez dias. Se isso realmente estiver acontecendo vamos tomar uma atitude imediatamente. Mas voltamos a falar tão logo tenhamos informações maiores com o pessoal nosso que está me ajudando no assessoramento.

A Ana Rosa falou basicamente da apresentação financeira entre os dados de idosos e deficientes e a questão do resto a pagar. Gostaria só de tentar compartilhar novamente, não sei se será possível, Ana Rosa, provavelmente você está com uma versão...

A SRA. ANA ROSA GARCIA DA COSTA – Estou com ele aberto.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI - Mas provavelmente você está com uma versão que tinha um erro de impressão.

A SRA. ANA ROSA GARCIA DA COSTA – Foi a apresentação no Conselho.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI - Eu detectei esse erro, foi corrigido. Vou até apresentar, na verdade, empenhos a liquidar, Ana Rosa, me chamou muito a atenção esse número e chamou a atenção para você, e esse número não é nada mais do que a diferença entre o valor empenhado e o valor liquidado. A diferença, está vendo? É esse número aqui, todos eles aqui, o empenhado menos o liquidado é o que falta dos empenhos a liquidar. Mas esse termo aqui erroneamente na apresentação estava como resto a pagar.

A SRA. ANA ROSA GARCIA DA COSTA – Só que eu olhei a apresentação no

Conselho, não aparece restos a pagar e é necessário para o cumprimento da 141, que é uma Lei Federal e, portanto, a Secretaria tem de seguir.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI - Há um erro formal, Ana Rosa, realmente o termo correto restos a pagar usamos contabilmente quando é de um exercício ao outro. Apesar de ser restos a pagar é um empenho a liquidar. Eu posso ter nessa coluna de empenhos, empenhos feitos para execução em dezembro. Ele vai evidentemente ficar aqui perdurando até que a execução seja feita e seja pago, mas houve já essa correção. A apresentação que eu fiz agora já está com o termo correto e peço desculpa porque havia realmente uma nomenclatura errônea no local. Então esse valor, na verdade, é a diferença do que falta liquidar dentro dos valores empenhados.

A SRA. ANA ROSA GARCIA DA COSTA – Porque ele está alto para restos a pagar.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI - Exatamente.

A SRA. ANA ROSA GARCIA DA COSTA – A orientação é ficar em 10%.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI - Até porque nós já fizemos um trabalho grande de liquidação até para poder fazer cancelamentos de restos a pagar daquilo que não vai ser executado, o que não foi possível de ser atestado, mas esse número não corresponderia jamais ao número correto de valores, até porque o número de valor de restos a pagar não chega a esse montante. Realmente a nomenclatura estava errada e eu corriji de ontem para hoje.

A SRA. ANA ROSA GARCIA DA COSTA – E os valores de assistência ao idoso, portador de deficiência e vigilância epidemiológica que não aparecem nada? Idem proteção e benefícios ao trabalhador.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI - Grande parte das ações estão vinculadas ao Serviço de Atenção Básica. Na verdade, faz parte do Serviço de Atenção Básica, ele pode não estar destacado como idoso e deficiente, mas eles estão ali. Inclusive, na apresentação é possível ver números significativos de acompanhamento de idosos, números do processo PAI,

do Programa Nossos Idosos. Quer dizer, números expressivos de situações de atendimento, que às vezes não se consegue distinguir no empenho da Atenção Básica.

Mas as ações de modo geral, Ana Rosa, estão sendo feitas, executadas. Inclusive, a deficiência muito, porque estamos equipando os nossos CER para poderem ser um centro de recuperação do pós-covid. Recebemos equipamentos, estamos fazendo ali a fisioterapia respiratória, recebemos equipamentos, equipamos melhor, então, houve sim gastos e investimentos importantes nos equipamentos, tanto dos idosos quanto para deficientes. Mas no dia a dia, na movimentação diária contábil, acaba sendo expressa dentro do item da Atenção Básica e não destacadamente idoso e deficiente. Normalmente esses números aparecem quando temos investimento específico no equipamento de deficiente, do CER e dos URs. Aí aparece mais especificamente.

As ações do dia a dia, das consultas e monitoramento que fazemos acabam sendo destacadas dentro da rede de Atenção Básica a aplicação, principalmente aqueles atendidos por contrato de gestão.

O SR. LEANDRO VALQUER LEITE DE OLIVEIRA – Só uma observação, Juliana, rapidinho, quando eu estava falando na programação anual, a orientação dada pelo instrumento de gestão, pela 141, alguém, inclusive, falou aqui do Relatório Anual de Gestão, se não aparece no Relatório Anual de Gestão, pelo menos na programação anual precisariam aparecer esses dados de uma forma mais analítica, pelo menos descrevendo o que é isso.

Na apresentação de contas que fizemos aqui, nós fomos solicitando isso formalmente. Isso precisa ser casado, na verdade, com o Relatório de Gestão e também com a programação anual, porque é isso que orienta, inclusive, a 141, é nesse sentido que foi feita a minha intervenção e a intervenção daquela pessoa que não me lembro o nome, a Juliana deve lembrar, muito breve a intervenção, solicitando que as apresentações se adequem a 141, porque isso facilita o acompanhamento. E a apresentação de contas do quadrimestre precisa ter essa linha de orientação.

Obrigado, Palmieri.

A SRA. ANA ROSA GARCIA DA COSTA – Eu reforço, porque na verdade todas essas coisas que estamos apontando como erros e como não seguimento da 141, tem que constar no Relatório, viu Juliana, porque temos base aqui para recusar, inclusive, porque sem restos a pagar é causa para recusar, rejeitar as contas. Por isso que estou chamando a atenção, não é à toa. Os restos a pagar têm que aparecer, gostem ou não gostem de calcular. O Paulo, ex-HSPM, sabe disso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Só estou preocupada porque ele ainda tem de fazer o retorno para mais oito pessoas que falaram e... (Falha na transmissão) ...às 14h30, e aí é capaz de não dar tempo de falar o todo, está bom?

A SRA. ANA ROSA GARCIA DA COSTA – Está bom.

(NÃO IDENTIFICADO) – Presidente, desculpa.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tudo bem. É só para podermos ser um pouco mais objetivos.

Armando, desculpa.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Não. Foi ótimo, vamos trocando e até esclarecemos principalmente a questão da Ana Rosa, provavelmente do erro de nomenclatura, era importante esclarecer o que era aquele número que realmente ficaria sem sentido da forma que estava descrita.

De qualquer forma, estamos fazendo uma apresentação sintética, com a qual foi encaminhado um relatório financeiro, que é muito mais expressivo e está dentro das resoluções, dentro do cumprimento da Lei Complementar. Evidentemente que nem sempre conseguimos dar todas essas informações no tempo de uma audiência pública.

Para encerrar, o representante do Polo Social Cívico Brasília falou do hospital de Brasília, de que eu já tinha começado a falar quando dei as respostas ao Vereador Alfredinho. Antes do término total da obra, que estava prevista para terminar no meio do ano e, em março, abril, começamos a ocupar o hospital, tendo em vista o aumento excessivo dos casos de Covid e a necessidade de abrir o hospital para a utilização daquela unidade tão

importante para a comunidade da Brasilândia, que representou por um bom tempo um dos maiores índices de mortalidade por Covid do Município. Então, era significativo abrir um hospital que pudesse atender aquela população, especificamente para covid.

O hospital já estava sendo equipado, preparado, porque havia um processo licitatório, desde dezembro de 2009, em movimentação, com algumas observações do Tribunal de Contas, paralisações, então ele já estava quase pronto, mas acabou precisando ser aberto e se tornou um dos principais pontos de atendimento de covid na Cidade.

Ele citou também algumas UBSs, como a UBS Brasília, que está dentro dessa segunda etapa do Banco para a construção; e aquela unidade que pegou fogo já está em construção; e a unidade do Jd. Damasceno tem um problema de local de execução, mas há planos para construirmos também pois sabemos da necessidade e, assim que possível, também seria contemplada a unidade do Jd. Damasceno.

Então, acho que basicamente são essas as questões do Polo.

O SR. MARCOS RUBENS – Perdão pela interrupção. Com relação aos insumos e kit de medicação para pessoas internadas no Hospital Municipal Brasilândia; com relação a OSS – Organização Social de Saúde – e IABAS, que ainda administra; e ao RH, que está com demissões e a quantidade de pacientes continua; e, terminando a pandemia, termina o contrato, então quem assume, qual OSS, ou seria o Município diretamente? O que seria o ideal, mas é muito difícil.

Obrigado.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – A questão da demissão, o IABAS entende que é natural a substituição de funcionários, a rotatividade de funcionários, que entram e saem da rede. Até por da pressão que há nas unidades hospitalares, é uma rotina normal e não vemos isso como um problema e uma diminuição do quadro, pela dimensão do hospital: são mais de 400 leitos específicos de Covid.

Quando houve aquela denúncia sobre a falta de insumos, nós fizemos imediatamente uma comissão para avaliar essa questão e continuamos atuando. Ontem

mesmo tivemos reunião sobre insumos, e não só com o Hospital de Brasilândia, mas com outras unidades.

A Prefeitura tem acompanhado isso, tem feito o trabalho de reposição e de ajuda entre os hospitais, porque isso é importante quando há dificuldade de encontrar no mercado. Mas, graças a Deus, no Município de São Paulo, não chegamos a um nível crítico, principalmente dos equipamentos de intubação.

Então, apesar de trabalharmos com o estoque abaixo do ideal porque essa é a consequência no mercado de insumos, nós nunca chegamos a um estado crítico de necessitar de ações mais complexas e de falta de medicamento em qualquer nível de atenção do Município.

Desde o ano passado, não tem sido fácil o mercado de insumos, o trabalho é hercúleo com todo o setor de aquisições do Município, que antes era descentralizado, havia dois setores de compras e agora está tudo centralizado para que possamos melhorar essa situação. E temos uma ação muito grande com o setor de compras das organizações sociais para troca de informações, troca de necessidades, que temos acompanhado.

Ontem mesmo tivemos uma reunião, amanhã teremos reunião sobre esse assunto e, diariamente, isso é acompanhado por uma equipe para que problemas mais graves não ocorram por conta de falta de equipamentos.

Passamos por problemas maiores de intubação em março e em abril. Hoje nós estamos com maior capacidade de estoque, as compras voltaram a uma certa normalidade e temos conseguido manter o atendimento de toda a rede, sem prejuízo por conta dos insumos. O nosso acompanhamento é muito próximo do setor de compras da SMS a todos os hospitais contratados, não contratados, da rede direta, do HSPM.

A Sra. Flávia Anunciação falou das reformas do HSPM. Nem sempre conseguimos o melhor mercado de construção e realmente a empresa que entrou apresentou problemas. Talvez seja um dos contratos mais bem vigiados, mais auditados, por conta disso. No setor de nutrição do HSPM, chegamos a paralisar o serviço e colocamos uma nova empresa.

A reforma do hospital ainda está em exigências. Nós recebemos parcialmente a entrega da primeira remessa para poder desocupar a segunda etapa, para avançar nas obras.

Os recursos são de contrapartida do BID, do Avança Saúde. Além da fiscalização do HSPM, tem a fiscalização do projeto Avança Saúde, então pegamos muito no pé da empresa para entregar o melhor produtos, pois esperamos tantos anos para ter alguma atuação significativa naquele hospital, que precisava de uma mudança estrutural tão grande; então não será agora que vamos falhar nisso. Temos acompanhado a empresa, temos cobrado, os problemas estão sendo corrigidos e vamos continuar corrigindo e atuando com bastante pressão em cima disso.

Ela falou também das pressões das equipes de saúde. Também começamos um trabalho de contratação de equipes para a vacinação, também para poder diminuir a tensão das equipes da atenção básica porque, a cada nova fase, números maiores de vacinados vão entrando na lista de vacinação. Então, para isso, a partir do mês de maio, estamos contratando equipes extras de vacinação para distensionar um pouco a equipe da atenção básica, que tem feito esse trabalho aos sábados, aos domingos, à noite, onde precisa, tem atuado constantemente nessa questão.

Ainda sobre esse assunto, a Sra. Laudiceia falou do Campo Limpo, que já comentei aqui. Também falou também das iniciativas que a Secretaria de Saúde tem pensado para os funcionários de saúde agravados, que tiveram agravamento dentro do evento da pandemia, nos retornos, e tal. Então nós estamos também estreitando um pouco a Secretaria de Gestão, que é responsável também por isso da saúde do trabalhador, ativando todas as portas, e pensando conjuntamente, para que possamos atender também os nossos sequelados, os nossos servidores que passaram por momentos difíceis, seja de pensão, seja da própria doença ou seja da pressão do momento. Então nós temos realmente trabalhado conjuntamente. A Secretaria de Gestão passou por uma estruturação. Hoje é uma secretaria executiva ligada diretamente à Secretaria de Governo do Município. E nós temos estreitado bastante esse relacionamento, para que produzamos ações para ajudar o servidor de forma

geral nessa questão. É importante, sim, essa preocupação sua.

O Teófilo acho que foi a pessoa cujo nome o Leandro estava tentando lembrar. Também falou sobre as etapas, Teófilo. Mas é importante que você também tenha acesso ao relatório financeiro que acompanha essa apresentação um pouco mais informal. O relatório detalhado tem outra configuração. E acompanha esse relatório. Você pode ter acesso. Os Vereadores receberam. O Ivan está me confirmando. Receberam. Normalmente recebem junto um relatório mais específico, contábil mesmo. Acaba recebendo até antes da apresentação. Mas é importante. E o Teófilo eu acho que foi a pessoa que comentou sobre isso.

A Camila falou sobre o programa Saúde na Escola.

Nós fizemos a adesão ao programa. Estamos incluídos com sucesso para 21 e 22, Camila. Só não aconteceu por conta das escolas. Mas, dentro desse programa, nós estaremos atuando em 1.620 escolas, atendendo quase 600 mil alunos. Então esse programa está contemplado na Saúde para 21 e 22. E evidentemente, melhorando a situação da pandemia, as escolas voltando com todas as atividades, nós também entraremos atuando. Já estamos atuando em alguma coisa, fazendo o censo... um inquérito sorológico com as crianças, para entender como é essa contaminação. Então já temos feito algum trabalho desse tipo. E aqui eu queria transportar garantir que a Secretaria não teve nenhuma participação nesse projeto de lei em discussão na Câmara. Todo mundo ficou um pouco assustado quanto você, e eu acho que, em cima das suas palavras, nós estaremos buscando mais informação sobre isso. E tentando atuar conjuntamente para que tenhamos projeto nesse sentido, adequado à situação. Acho que todo projeto é importante. Mas, de qualquer forma, a Secretaria de Saúde, através da atenção básica, que normalmente é a equipa consultada nesse tipo de coisa, não teve nenhuma participação. Até desconhecia um pouco do fato. Fica um pouco mais tranquilo.

A Eva falou um pouquinho sobre a assistência da mulher.

Nós temos trabalhado, Erika, realmente para fazer a ampliação da vacinação, hoje restrita a comorbidades, por conta basicamente do PMI e do PME do Estado. Então nós também temos um problema que nós não compramos vacinas, nós recebemos as vacinas, e aí

nós temos de distribuí-las de forma que atenda todo mundo, conforme a orientação que nós recebemos para essa vacina. Mas há uma movimentação grande para que ampliemos a idade, a comorbidade, ou pelo menos que a mulher... O nosso conceito é que, com a indicação médica, evidentemente, que seja feita a vacinação de todas as grávidas e lactantes nessa questão.

As doulas é um caso a se pensar. Nós não temos doulas no serviço público, diretamente. Não creio que seja um número muito alto, mas é um assunto que vamos passar para a Covisa, para entendermos qual é esse número e se conseguimos também fazer a questão da vacinação das doulas. De qualquer forma, está comunicado. É importante. Nós vamos conversar em números com o pessoal da Covisa para que tenhamos aí a certeza que nós consigamos avançar com essa vacinação também para esse grupo de pessoas.

A Vereadora Juliana falou um pouco sobre o hospital – quatro ou cinco questões, nobre Vereador.

Do Hospital Brigadeiro, nós recebemos realmente apuração e as avaliações do MP. Nós estamos respondendo. Nós já fizemos algumas visitas a hospital, pegando algumas informações complementares para a regularização de todos os pontos. Não tem realmente nenhum tipo de problema. Nós precisamos, realmente, resolver todos os problemas que porventura realmente estejam pendentes. Então a Assistência Hospitalar já fez algumas visitas lá, Covisa também, para a vigilância sanitária. E nós iremos fazer também uma nova visita junto com o CRM para irmos resolvendo todas as questões que foram apontadas pelo MP em relação a isso. Os elevadores, me parece, já estavam funcionando. Temos dois elevadores funcionando. Houve problemas de entrega; na pandemia, isso foi um problema. Lembrando que aquela edificação já era uma maternidade antigamente. Aquela unidade foi desativada. Funcionou ali a regulação do SAMU por muito tempo. Agora nós estamos com o SAMU numa nova sede. E, evidentemente, com aquele prédio público lá, o que era necessário ser feito nós fizemos, e vamos melhorando a cada dia, para fazê-lo ir funcionando ali, não só agora como Covid, mas depois também ser um importante instrumento para a região oeste, que é carente

de hospital e também a região sudeste também. Nós já estamos também com a aquisição do tomógrafo, para facilitar. (Falha na transmissão) Mas, de qualquer forma, estamos aí respondendo. E conjuntamente com o MP tentando resolver todos os problemas.

Da questão dos partos, de imediato, Vereadora Juliana, o que fizemos foi disponibilizar mais 20 leitos no Alípio para poder resolver essa questão de maternidade ali na região leste. Está certo? Continuamos buscando opções ali para termos uma edificação própria e fazermos ali uma maternidade. A decisão da Beneficência foi estritamente... (Falha na transmissão). Eu acho que houve discussões, participação do nosso... juntamente com a senhora, nessa questão. Não é porque é uma entidade A, B ou C, que vai desrespeitar os padrões e valores públicos de preços para as coisas. Nós vamos achar uma solução. Mas na pré-condição estabelecida pela Beneficência, esse processo não iria para a frente. Não houve como termos negociação ou chegarmos perto de uma negociação. A diferença era extremamente absurda e era inviável para o Município fazer. Estamos preocupados, estamos agindo para que de fato consigamos resolver e melhorar aquela questão.

A senhora falou também das casas de parto.

Nós temos investido, bastante, Vereadora, no Amparo Maternal, que agora se tornou definitivamente um equipamento municipal. Já está incorporado à nossa região, tem um potencial grande de melhoria para toda aquela região. Então temos trabalhado bastante para poder ampliar o Amparo, que é uma unidade extremamente tradicional dentro do Município, mas que teve os seus problemas e não tinham mais condições de continuar. Acabou perdendo os seus patrocínios, as suas complementações, e só... (Falha na transmissão.) ...ela não conseguia sobreviver. Então nós amparamos o Amparo, trouxemos o Amparo para a nossa região, temos trabalhado e, com certeza tanto o pessoal da Hospitalar como da Atenção Básica vão dar uma atenção também à questão das Casas de Parto. Há possibilidade de melhoria, condições para que possamos melhorar cada uma delas para atuar também nesse setor no Município.

Sobre a licitação, o IABAS, foram entregues as propostas. Nós, tanto da Centro

como da Norte – Santana e Tucuruvi – houve a entrega dos envelopes. Havia seis organizações sociais participando em cada uma das unidades – seis para a Centro e seis para a Norte – não coincidentes, umas empresas entraram na Centro, mas não na Norte. São nove OSs que se habilitaram ou estão tentando se habilitar. Estamos em fase de habilitação, está certo. Já tivemos um primeiro julgamento, um pedido de complementação e verificação de documentos, e esperamos em breve abrir o segundo envelope, no qual estão as propostas técnicas e a proposta financeira, de acompanhamento.

O IABAS não está participando da licitação, por isso efetivamente haverá uma transição após o julgamento final. É uma concorrência grande que hoje, em âmbito nacional, talvez seja uma das maiores. Há concorrência, há recursos, há impactos e, com a Procuradoria Geral do Município, estamos confirmando todos os detalhes para que dê tranquilidade para a comissão julgar e escolher a melhor proposta em cada uma das duas etapas.

O contrato de gestão do Hospital da Brasilândia será licitado como hospital geral, mas ele está aberto com covid. Imaginamos que estaríamos já neste ano licitando o Hospital Geral, que foi um processo iniciado em 2019, foi suspenso, paralisado e temos todas as condições de reestabelecer, de recontratar e recolocar na rua para nova contratação de uma nova organização social, mas há esse detalhe. Hoje eu não consigo destacar nenhuma ala, do Brasilândia, na condição atual da pandemia, para iniciarmos a transição do processo de hospital geral. Estamos estudando uma forma, inclusive uma forma diferenciada de licitação, porque vamos licitar uma coisa e iniciar o hospital de outra, ou seja, um número enorme, são quase 188 leitos de UTI nesse hospital, não é uma situação normal de hospital geral. Por isso estamos numa situação provisória, momentânea, que dificulta um pouco o processo licitatório, mas estamos trabalhando com a Prefeitura, tentando de tal forma achar um objeto para que mesmo na pandemia consigamos avançar nesse processo licitatório e que haja uma organização social para abrimos de fato o Hospital Geral de Brasilândia.

Bom, espero... (Falha na transmissão.)

A SRA. RAQUEL FERNANDES – Oi, meu amigo, Armando...

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – ...o contrato do Hospital do Campo Limpo, que há lá da covid, fala em até cinco dias úteis para o resultado. Evidentemente como se trata de um hospital de covid, às vezes ele é largado um pouquinho por causa das demandas do laboratório, que é contratado pelo Ministério da Saúde e que atende os hospitais públicos do Município.

Eu vou conversar com o pessoal da Nasa, que é o laboratório contratado pelo Ministério, para tentarmos diminuir esse prazo imediatamente. Vai ser uma atuação minha, Raquel, para diminuir ou tentar achar uma solução.

Não estamos com problemas nos outros hospitais municipais. Todos os hospitais de covid, o resultado sai em 24 horas. Não deveria ser tão diferente, apesar de não ser covid, então vamos fazer uma atuação com o pessoal dos nossos laboratórios, da nossa equipe laboratorial com a Nasa, apesar de o contrato não ser do Município. Faremos uma atuação bem rápida para poder minimizar essa questão. (Falha na transmissão.) Esse, Raquel, nós vamos atuar diretamente para tentar resolver essa questão. Não tem sentido, senão passamos isso para um laboratório nosso ou dentro de um contrato nosso para poder atender o Hospital do Campo Limpo, e tiramos do contrato federal, ok?

A SRA. RAQUEL FERNANDES – Ok, obrigada. Só uma coisa...

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Eu preciso finalizar, o plenário já vai abrir, às 15 horas.

Raquel, você quer fazer uma pergunta?

A SRA. RAQUEL FERNANDES – É muito rápido. Quando foi falada a questão da maternidade, e nem foi por mim, foi por uma companheira. Aqui na Sul, o senhor sabe, já falaram, fecharam duas maternidades; a Santa Casa de Santo Amaro, em 2017, e em 2020, da regional Sul. Qual é a proposta para cá, porque o senhor sabe que a Maternidade do Campo Limpo está explodida. Só quero saber qual a proposta. Ele falou para a Leste, só quero saber se há alguma proposta aqui para a Sul, sim ou não.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Rapidamente. A nossa parte da Sul é no M'Boi, mantemos a atividade lá, mas se precisar, vamos ter que ampliar. Nós mantemos lá não covid no atendimento à maternidade e a ala de psiquiatria e o restante do hospital como covid. Esse é (ininteligível), quando voltarmos, teremos uma situação mais confortável. Mas...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Eu preciso encerrar.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Obrigado, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – De nada. Já começou o plenário.

A SRA. RAQUEL FERNANDES – Desculpa, desculpa. Obrigada, Juliana.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito obrigada, Armando. Muito obrigada a todos que participaram, conselheiros. E assim eu encerro esta audiência pública. Tenham todos uma boa tarde.

- Várias manifestações de agradecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Desculpa, eu tive de encerrar, mas se o Armando quiser responder à Raquel, finalizar. Acho que ele também já foi.

A SRA. RAQUEL FERNANDES – Tudo bem, fica a questão. Não tem problema.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Desculpa, Raquel. Não tem jeito, quando começa o plenário, tem que finalizar.

(NÃO IDENTIFICADA) – As mulheres estão sofrendo na zona Sul.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Sim, sim, com certeza. Eu já solicitei uma reunião com o Secretário para falarmos exclusivamente de maternidade. Hoje vou confirmar, para podermos marcar com a relação de maternidade na Cidade.

A SRA. RAQUEL FERNANDES – Juliana, se você conseguir dados de quantos partos estão sendo feitos e onde, por mês, antes de ir para o Secretário, seria bom.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Está bom. A Camila está presente, pode ajudar nisso.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIÇÃO – Juliana, e em relação a esse PAT, ter um olhar sobre os contratos de gestão das terceirizadas para que em todos os contratos, para Casa de

Parto, conste a carreira da obstetriz. Temos um contrato em que eles colocam enfermeira obstetriz e pega a vaga do obstetriz que passou nessa seleção e, mesmo nos contratos de gestão, que conste as vagas das obstetrizes, mesmo sendo terceirizada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Entendi, entendi. Anotado e vamos solicitar, enquanto mandato.

(NÃO IDENTIFICADA) – Gratidão, Juliana. Eu preciso falar que estou passando vergonha na Fiocruz. Todos os estados já vacinaram as doulas. É um absurdo e eu nem sei nem o que falar, porque estamos falando da maior cidade do País.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – O pior é que é isso.

(NÃO IDENTIFICADA) – Gratidão, Ju.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pior que é isso. Gratidão, você. Beijo, gente.

Agora eu vou mesmo.

A SRA. RAQUEL FERNANDES – Obrigada, Juliana. Beijo.